

QUESTÕES PEDAGÓGICAS

NOÇÕES DE NUMISMÁTICA (VI).

(Continuação)

XIV

MOEDAS ROMANAS DA REPÚBLICA.

Moedas de prata — Marcas sobrepostas no denário — Tipos monetários do sistema do denário — Épocas da cunhagem do denário, do quinário e do sestércio — O vitoriato — Moedas consulares — Relação das famílias consulares que cunharam moeda durante a República Romana.

MOEDAS DE PRATA.

Roma começou a moedagem da prata por ocasião de ser reduzido o sistema do *aes semi-libral* e do *aes sextantário*.

Plínio indica a primeira cunhagem da moeda de prata romana no ano 485 de Roma (269 a. C.), cinco anos antes da primeira guerra dos cartagineses, sendo cônsules C. Fábio Pictor e Q. Ogolino Gallo; assim escreve Plínio: *Argentum signatum est anno Urbis CCCCLXXXV Q. Ogolino Gallo, C. Fabio Coss. quinque annis ante primum bellum Punicum.*

Tito-Lívio e outros historiadores atrasam essa data de um ano, fixando-a em 486 de Roma (268 a. C.), quatro anos depois da tomada de Tarento e quatro anos antes da primeira guerra púnica, quando foram cunhadas em Roma as primeiras moedas da República.

A unidade monetária da cunhagem da prata é o *escrópulo*, do peso de 1,137 grs. (31).

O valor das moedas de prata então introduzidas e que eram batidas a martelo, são os seguintes:

Valor	Marca	Libra	Onça	Escrópulos	Pêso
Denário X 1/72 1/6 2 4.55 grs.
Quinário V ou Q 1/144 1/12 2 2.275 "
Sestércio II S 1/288 1/124 4 1.135 "

(31). — O *escrópulo* era um antigo pêso. Entre os romanos era a 3a. parte da oitava, a 24a. parte da onça e a 288a. parte da libra, com o pêso de 1,136 gramias. Nas antigas medidas francesas o *escrópulo* era a terceira parte de um todo e valia 24 grãos, sendo medida usada nas farmácias.

Equivalência em relação ao Aes.

Denário	10 asses de bronze	
Quinário	5 " " "	1/2 denário
Sestércio	2 1/2 " " "	1/4 "

Teoricamente o *denário* era o pêso de 1/72 da libra romana (de 327 grs.) que por sua vez era o pêso da *dracma ática* (32).

O *denário* era moeda de prata; o *quinário*, também de prata, era a metade do *denário* e foi conhecido também com o nome de *Vitoriato*, por trazer a figura da Vitória; o *sestércio* era moeda corrente do mesmo metal e a quarta parte do *denário* (33).

Chamou-se *denário* porque constava de dez *aes*, como diz Vitruvius: *Nostri primo decem fuerunt antiquum numerum, in Denario decem aereos Asses constituerunt, ea re compositio Nummi ad hodiernum diem Denarii nomen retinet*. E Plínio: *Placuit Denarius pro decem libris aeres*.

Na introdução da moeda de prata em Roma foram os seus cunhos abertos por gravadores sicilianos, segundo a opinião autorizada de Boeckh, o grande filólogo alemão, professor da Universidade de Berlim.

Essa moedagem, entretanto, não apresentava um pêso uniforme nos seus exemplares, principalmente nos *quinários* e nos *sestércios*. A diversidade do pêso variava entre 5 a 4 gramas.

Parece que os monetários romanos não eram dos mais esmerados na distribuição do pêso que deviam dar às suas moedas e mesmo durante a República pouca regularidade havia no fabrico da moeda de prata, onde se encontram diferenças no pêso das moedas cunhadas pelos mesmos indivíduos e na mesma época.

Com efeito, nos estudos rigorosos feitos por historiadores verificou-se que um *denário*, com o pêso real da oitava parte da onça romana (*uncia*) ou seja 1/72 grãos romanos, apresentava na época posterior a Nero, um pêso de 63 gramas (34).

Entretanto, embora os *denários* perdessem o pêso como aconteceu em 217 pela lei Flamínia, quando foi reduzido a um pêso médio de 3,93 gramas ou seja 1/84 da libra, correspondendo a 16 asses, permaneceram contudo com o seu antigo e costumado valor. Isto tem uma explicação. Os romanos quando tinham falta de dinheiro, costumavam diminuir o pêso de suas moedas, conservando sempre o seu real valor, de onde se conclui que de toda a moeda-

(32). — Devemos aqui advertir que os gregos davam ao *denário* romano o nome de *dracma romana* e os romanos davam à *dracma grega*, o nome de *denário grego*.

(33). — O *denário* foi a unidade monetária dos romanos e sua primeira emissão foi em 485 de Roma (299 a. C.) como já vimos. Dividia-se na sua origem em 4 escrópulos (4.55 grs.) e subdividia-se em 2 *quinários* e em 4 *sestércios*.

(34). — *Úncia*. Duodécima parte de uma unidade qualquer entre os romanos. Era também a duodécima parte da antiga libra romana (cerca de 28 gramas). Tinha o pêso de 8 dracmas.

gem romana, o denário de prata foi o único que conservou o seu primitivo valor e que menos alteração sofreu no pêsô (35).

MARCAS SOBREPOSTAS NO DENÁRIO.

A marca X gravada no denário e que lhe dava o valor “dez”, subsistiu nessa moeda até o ano de 144 a. C., quando apareceu no seu lugar a marca XVI (10 asses), valor do dinheiro calculado à razão de 1/57 da libra.

Nessa mesma época aparece sôbre o denário uma terceira marca substituindo as precedentes; é um X cortado ao meio por um traço horizontal: -X-. A epigrafia nos ensina que um X cortado ao meio pela haste grega (*rho*), forma com ela um monograma e talvez assim pensando, tenhamos aí o monograma de XVI que até então traziam os denários gravados numa das faces. Êste X na realidade, aparece com freqüência na moedagem antiga, notadamente nas moedas de Ptolomeu, nas medalhas das famílias romanas e muitas vêzes no campo das medalhas imperiais.

Segundo alguns historiadores, o X cortado e a inicial da palavra grega *chrêma*, que significa moeda, “dinheiro”. Entretanto, êste sinal como os anteriores, não modificaram o valor do denário, que continuou com o mesmo valor “dez”.

Nos últimos tempos da República o denário de prata não trazia mais o sinal indicativo do valor e até a queda do Império êste sinal como os anteriores, não modificou o valor do denário, qualquer que fôsse o metal, o pêsô e o toque.

Da mesma maneira e segundo o mesmo princípio, as marcas indicativas do valor do *quinário* (V) e do *sestércio* (II S), aparecem com as formas V e II S.

Os denários da República que circulavam como equivalentes da *dracma ática*, tiveram uma voga imensa, favorecidos não só pelo seu bom toque, como pela extensão das conquistas romanas. Foram imitados em diversos países, particularmente na Gália, entre os povos que habitavam o vale do Ródano; na Espanha, onde essas imitações receberam o nome genérico de *argêntum oscence* e na própria Itália, onde os samnitas cunharam denários com legendas oscas e cujos tipos foram copiados dos denários de Roma (36).

(35). — Nessa época, o *quinário* foi reduzido a 8 asses e o *sestércio* a 4. A partir de Júlio César, as moedas passaram a apresentar sua efígie. Nero baixou o valor do denário. Caracala cunhou o *argenteus antonianus* que, considerado a princípio como um duplo denário (bínio), valeu ao tempo de Graciano e Valeriano 4 denários (quatécio) e no tempo de Aureliano 20. Com outras reformas feitas por Diocleciano e Constantino-o-Grande, decaiu progressivamente o valor do dinheiro (moeda) de prata.

(36). — Cf. Babelon, *Tratado das moedas greco-romanas*.

TIPOS MONETÁRIOS DO SISTEMA DO DENÁRIO.

Durante a República as moedas de bronze, com raras exceções, conservaram invariavelmente os mesmos tipos, repetindo as figuras do *aes grave*.

As moedas de prata, ao contrário, oferecem os mais variados tipos. Os primeiros denários foram consagrados às divindades e traziam no anverso a cabeça de *Roma* e no reverso os *dióscuros* a cavalo e como legenda: *Roma*.

Esses mesmos tipos são repetidos nos *quinários* e nos *sestércios*.

A cabeça da deusa *Roma* é uma assimilação de *Palas* ou *Minerva*, com os mesmos atributos guerreiros. O culto de *Minerva* era muito antigo na Itália Central, especialmente em Faberi e entre os etruscos. A inscrição *Roma* nas peças monetárias refere-se muitas vezes à figura da divindade itálica, que tinha em Roma duas festas principais: as *grandes quinquatras*, festa das corporações de artistas e das escolas que se celebrava no quinto dia depois dos idos de março, ou 19 de março, e as *pequenas quinquatras* celebradas a 13 de junho pelos tocadores de flauta. Depois das guerras púnicas, a *Minerva Itálica* foi identificada com a *Atenas* dos gregos.

O capacete da deusa apresenta-se com vários formatos: o ateniense, o coríntio e o capacete alado, muito freqüente nos denários da República.

No reverso vemos os *dióscuros*, os gêmeos *Castor* e *Polux*, deuses tutelares dos navegadores e dos cavaleiros romanos.

No ano 450 de Roma (304 a. C.), poucos anos antes do aparecimento da moeda de prata (269 a. C.), foi instituída uma festa pomposa dedicada às duas divindades, que se celebrava no mês de janeiro.

Na mitologia romana *Castor* e *Polux* eram assimilados aos deuses *Penates*, que por sua vez eram divindades protetoras das cidades ou de alguns lugares particulares e muito populares em Roma.

Era então usual comemorarem as moedas ações militares ou outros acontecimentos importantes muito do agrado do povo. O culto pelos *dióscuros* prendia-se justamente a um desses feitos gloriosos da história romana.

Florus (*Lúcio Annaeo Júlio*), no seu *Resumo da História Romana* conta que em *Regilo*, pequena cidade da Itália antiga, dos sabinos, junto ao lago do mesmo nome e que hoje não mais existe, o ditador *Aulo Postúmio* desbaratou no ano 496 a. C. os latinos revoltados por instigação de *Tarquínio-o-Soberbo*. Dois cavaleiros de uma força extraordinária, pondo-se à frente da cavalaria romana, decidiram a derrota do inimigo e após a vitória, foram anunciá-la a Roma, dando depois de beber aos seus cavalos na fonte de *Juturna*,

na extremidade oeste do Forum, perto do Templo de Vesta. Os dois cavaleiros eram Castor e Polux. Em memória dêste socorro divino, os romanos elevaram o templo a Castor e Polux, três colunas admiráveis que são ainda hoje a mais notável ornamentação do Forum romano. No decurso das excavações feitas no ano de 1900, esta fonte foi encontrada na Cidade Eterna. Graças a essa vitória os romanos asseguraram a supremacia definitiva sôbre os povos do Latium.

O tipo dos Dióscuros adotado no reverso das primeiras peças de prata persistiu durante longo tempo na moedagem da República; Castor e Polux são representados geralmente a cavalo, galopando, de lança em riste; seus barretes cônicos são encimados por duas estrêlas simbólicas representando a manhã e a tarde.

Em 217 a. C. o tipo representativo dos Dióscuros foi substituído pelo da *Lua* ou *Diana* (divindade celeste), em uma biga puxada por corças.

O culto de *Diana* foi levado a Roma pelo rei Tácio e mais tarde foram-lhe levantados vários templos, sendo o mais conhecido o que foi erigido no Aventino, durante o reinado de Sêrvio Túlio. Este santuário era muito estimado pelos romanos, porque representava a confederação dos povos latinos sob a supremacia de Roma.

Bigati. Viu-se aparecer quase ao mesmo tempo no reverso do denário, a biga com a Vitória.

A representação dêsse carro de duas rodas puxado por dois cavalos, servindo para corridas, para o triunfo e muitas vêzes também para a guerra, como nos mostram os baixos-relevos, as pinturas de vasos encontrados em Pompéia e tão do agrado dos romanos, fêz com que fôsem denominadas de *bigati*; o desênhô da biga era, entretanto, sômente aplicado nos denários e a alguns quinários, conservando os sestércios o tipo dos Dióscuros.

Quadrigati. Finalmente surge um reverso que se tornou comum, copiado das moedas romano-campânicas representando a quadriga de Júpiter, divindade romana, deus do céu e do mundo.

Os denários com essa representação, tornaram-se populares sob o nome de *quadrigati*, extensivo também às peças do tipo da quadriga de Marte e da Vitória.

Como se vê, foi na mitologia que os romanos foram buscar os motivos para as suas mais antigas moedas de prata, impondo oficialmente aos abridores de cunho, a representação nesses exemplares, da história das divindades do paganismo.

No ano 154 a. C. os reversos das moedas apresentavam tal variedade de tipos, que raramente era dado ver um reverso da primitiva moedagem de prata. Esta multiplicidade de tipos era

o resultado da usurpação praticada pelos magistrados monetários, fazendo cunhar sôbre as moedas lembranças de família.

Estes magistrados, chamados triúnviros *monetarii*, eram investidos no cargo por espaço de dois anos. Era natural que entrassem a fazer parte do colégio dos “triúnviros”, os jovens de famílias distintas, nobres ou plebeus, que aspirassem percorrer os cargos públicos. Por ambição e vaidade começaram dentro em pouco a introduzir sôbre as moedas um símbolo, um emblema distintivo, depois uma inicial, um monograma indicando seus nomes gentílicos ou de família, terminando por colocarem os próprios nomes pessoais, os seus prenomes e cognomes.

Ao mesmo tempo os tipos tradicionais das moedas foram sendo pouco a pouco substituídos por outros variadíssimos, alusivos não só aos nomes e sobrenomes dos magistrados, mas ainda às lendárias emprêsas mais ou menos autênticas de seus antepassados.

Exemplos disso temos em Aquílio Floro, que adotou uma flor para seu emblema; Vocônio Vítilo, um vitelo; Lúcio Titúrio Sabino, gravou no anverso de suas moedas a cabeça de Tito Tácio, rei dos sabinos e no reverso, o rapto das sabinas; Pompônio Musa, escolheu as Nove Musas; C. Víbias Panza, o deus Pan; L. Mânlio Torquato, um colar, em memória de seu antepassado Tito Mânlio, que teve o seu sobrenome à vitória que alcançou sôbre um gaulês gigantesco, em combate singular e a quem tirou o seu colar de ouro.

No último século da República, as moedas juntaram aos seus variados tipos episódios do passado e também contemporâneos, representados por triunfos, vitórias, ereções de templos, etc.

Júlio César, finalmente, grava na moeda a sua própria efígie, exemplo seguido daí por diante por todos os imperadores, em substituição à cabeça da deusa Roma e demais tipos variados até aí representados.

ÉPOCAS DA CUNHAGEM DO DENÁRIO, DO QUINÁRIO E DO SESTÉRCIO.

Denário. O denário foi cunhado sem interrupção durante todo o período republicano, não tendo acontecido o mesmo ao quinário e ao sestércio.

Quinário. A primeira aparição do quinário fêz-se no ano 486 de Roma e durou até ao ano 548 (206 a. C.), pois o fato de se encontrarem ainda alguns quinários na moedagem romana da Espanha, faz concluir ser esta a data de seu início.

A segunda emissão do quinário foi em 650 (104 a. C.), quando se desmonetizou o *vitoriato*, substituído que foi pelo quinário; esta cunhagem durou até o ano 670 (84 a. C.).

E finalmente, em 705 (49 a. C.), o quinário aparecia pela terceira vez, se bem que pouco abundante; de vez em quando suprimido, depois restabelecido, pode-se dizer que êle persistiu durante todo o Império.

Sestércio. O sestércio foi por seu lado cunhado em três épocas diferentes. Criado em 486 (268 a. C.), desapareceu no ano 537 (217 a. C.), época da diminuição do pêso da moeda de bronze e da moeda de prata. Fêz uma curta reaparição, graças à lei Pláutia-Papíria, quando da criação do aes semi-uncial em 665 (89 a. C.), aparecendo com a marca e *lex Papíria*; nessa época a cunhagem foi abandonada, não mais continuando.

Enfim, de 705 a 711 (49 a. C.), César e Pompeu decretaram de novo a cunhagem do sestércio e depois de 711, esta moeda foi substituída pelo sestércio de bronze.

O VITORIATO.

Independentemente do *denário*, do *quinário* e do *sestércio*, o “atelier” monetário do Capitólio emitiu ainda sob a República moedas de prata que não tinham com as precedentes relação alguma.

Essas moedas que não traziam indicação de valor, tinham por tipo no anverso a cabeça de um deus e no reverso a figura da Vitória, de onde lhes veio o nome de *Vitoriato* ou como querem outros, *Vitoriada*.

Plínio assim se exprime sôbre êste assunto: *Hic nummus, ex Illyrico advectus, mercis loco habebatur; est autem signatus Vitoria, et inde nomen* (37).

A primeira emissão desta moeda teve lugar pouco depois da primeira cunhagem do denário. Teodoro Mommsen, historiador e erudito alemão, atribui o aparecimento do *Vitoriato* a uma data que se aproxima do ano 537 de Roma (217 a. C.), enquanto Celestino Cavedoni, antiquário e numismata italiano, secundado pelo conde Bartolomeu Borghesi, eminente numismata e epigrafista, também italiano, citam o ano 526 de Roma (228 a. C.).

Esta moeda era proporcionalmente mais pesada e compreendia três variedades:

Duplo vitoriato	pêso legal	6,32 grs.
Vitoriato	”	3,41 ”
Meio vitoriato	”	1,705 ”

O primeiro parece ter sido imitado das medalhas de Cápua e de Atela, tendo circulado segundo Cavedoni e Borghesi, desde o ano 526 de Roma (228 a. C.) até ao meio do século VI da mesma era.

(37). — Plínio, *Hist. natur.*, lib. XXXIII, cap. XXI.

O segundo apresentava no anverso a figura de Júpiter e no reverso, como os demais tipos, a Vitória coroando um troféu.

O último trazia a cabeça de Apolo em substituição a de Júpiter, mas como o antecedente, cunhado na mesma época.

O *Vitoriato* trazia impresso a inicial V, primeira letra do nome da peça e o *Meio Vitoriato* algumas vezes as letras IS, que significava 1 1/2 sestércio.

Segundo uma tradição romana, o *Vitoriato* foi uma peça importada da Ilíria, sendo no comêço recebida como simples mercadoria.

Borghesi estabeleceu perfeitamente a relação do pêso entre o *Vitoriato* e a *dracma* ilírica cunhada em Apolônia e em Dyrrachium; esta *dracma* com o tipo da vaca e do vitelinho, pesava 3 escrópulos ou 3,41 grs., que era também o pêso do *Vitoriato* por ocasião de seu aparecimento. O *Vitoriato* seria pois a imitação da *dracma* ilírica, que circulava também na Ístria e na Ligúria.

Vamos agora explicar historicamente como se deu o aparecimento do *Vitoriato* em Roma. Depois de terem conquistado todo o litoral do mar Adriático e do mar Jônio, os romanos mantiveram com os povos de Dyrrachium, Apolônia e Cócira, comércio dos mais ativos. Em 229 a. C. (526 de Roma), Centumalus, côsul com L. Postúmio Albino, vencia os ilírios, sujeitando as cidades conquistadas ao pagamento de pesado tributo, que deveria ser pago em *dracmas* que circulavam nas terras submetidas. As *dracmas* ilíricas, afluindo ao mercado romano, foram a princípio recebidas não como moeda legal, mas como uma espécie de dádivas e dentro em pouco viram-se os romanos obrigados a recunhar essas peças com os seus emblemas sem as submeter a fusão e conservando-lhes o pêso originário, quando passaram a ser consideradas como moedas oficiais e admitidas nas transações comerciais. Esta operação, entretanto, foi de fácil execução, pois o pêso da *dracma* ilírica correspondia ao pêso do denário, ou seja 3/4 dêste, sabendo-se que na origem, o *Vitoriato* na realidade, valia 3/4 do denário ou 3 sestércios.

Esta explicação dada por Borghesi e Mommsen, não foi aceita por muitos historiadores da moeda romana — notadamente Marquardt, o notável historiador alemão — quando afirmam que o *Vitoriato* antes de se tornar moeda oficial de Roma, já circulava livremente com o nome de *dracmas* ilíricas, não sòmente na Ilíria de onde era originária, mas ainda nas costas dos mares Adriático e Jônio, na Itália meridional e na Espanha, antes desta se tornar província romana (38).

(38). — Joaquim Marquardt, nasceu em Dantzig em 1812 e faleceu em Gota, em 1882. A sua obra capital é a continuação, desde o fim do segundo volume até ao quinto, do *Manual das Antigüidades Romanas*, de Becker, 1849-1867. Fêz

Esta moeda era também muito conhecida e aceita no comércio de Marselha, Campânia, Rodes e no próprio Egito, cunhada como era no mesmo sistema da dracma de Focêia, dona de poderosas colônias, que alimentava particularmente o comércio.

Nos *Vitoriatos* romanos, lê-se o nome dos “ateliers”: Lucéria ou Lucera, Croton, Vibo e Canusion.

“E’ provável, diz Babelon, que os romanos não procurassem, introduzindo a cunhagem desta moeda em seus *ateliers*, imitar a dracma ilirica ou outra qualquer; quiseram sim, cunhar uma moeda que se assemelhasse com outra usada desde muito no comércio dos povos limítrofes”.

Pelo que se depreende, o *Vitoriato* desde sua origem foi moeda para o comércio externo, porquanto Roma continuou servindo-se do denário e suas divisões.

MOEDAS CONSULARES.

Por *moedas consulares* ou das *famílias*, são conhecidas as moedas cunhadas no período republicano, isto é, quando a República era governada por cônsules.

Começa com a emissão do *denário* e termina com os triúmviratos. Esta série compreende dois séculos e meio e as moedas estão baseadas no dinheiro de prata, tendo nelas representadas os nomes de 185 famílias (39).

A grande variedade dos tipos e nomes encontrados nesta série monetária levaram os numismatas a várias conjecturas.

Sabemos que, com a expulsão de Tarquínio, o supremo poder passou para famílias aristocráticas que mais contribuíram para a abolição da realeza, tornando-se acessível a muitas pessoas pela divisão das funções e pela limitação na duração destas.

Além dos cônsules, havia para a administração do tesouro público o Senado, que era o conselho das finanças; os censores representavam os ministros da Fazenda e os edis e os questores que faziam de tesoureiros, cujo número foi a princípio de dois, mais tarde aumentado, segundo as crescentes necessidades do Império.

com Mommsen, na segunda edição desta obra, um livro quase inteiramente novo, para o qual escreveu os volumes 4, 5 e 6 (*A Administração Romana*, 1873-1878) e 7 (*A Vida Privada dos Romanos*, 1879-1882).

- (39). — *Triumviri-Monetales*. Antes da criação do triúmviro monetário, havia um indivíduo encarregado de fiscalizar a fabricação da moeda. Pompônio, no seu trabalho *Origine juris* diz: “estabeleceram-se ao mesmo tempo os triúmviros monetários para cunhar o cobre, a prata e o ouro”. Tito-Lívio diz no seu livro II “...se criaram então pela primeira vez os triúmviros capitais (ano 465 de Roma, 289 a. C.). Começando a cunhagem da prata no consulado de Quinto Galo e de Fábio Pictor, segundo assevera Plínio, o que corresponde ao ano 485, e a do ouro em 547 (207 a. C.).

Estes, eram nomeados pelos cônsules e como os demais, deixavam o cargo no fim de 1 ano. Eram todos eleitos e desempenhavam gratuitamente suas funções, não sendo, pois, funcionários pròpriamente ditos.

Primeiramente considerou-se que esta série monetária teria sido emitida pelos sucessivos cônsules, por apresentarem os exemplares cunhados seus nomes; um estudo mais minucioso levou os numismatas a não aceitarem esta suposição, porque muitas dessas moedas traziam nomes de personagens que nunca tiveram a dignidade consular.

A outra hipótese se baseava em que, dado o grande número de tipos e variedade de nomes encontrados nessas moedas, gozassem os “triúnviros-monetários” separadamente o privilégio de poderem usar seus nomes na cunhagem pública. Com a mudança seguida desses representantes da Fazenda Romana, talvez daí adviesse essa variedade de nomes que encontramos na série de moedas da República. No *Dicionário de antigüidades greco-romanas* de Smith, êste autor parece inclinado a aceitar esta hipótese, acrescentando mais que êsse privilégio se estendia não só aos “triúnviros-monetários”, como também a outras pessoas possuidoras do ouro, prata e cobre e que forneciam êsses metais para as casas de cunhagem.

Segundo outros, parece que desde o tempo de Mário — que foi cônsul a primeira vez no ano 107 a. C. — os monetários começaram a representar nas moedas consulares ações memoráveis dos seus antepassados e com especialidade as ações brilhantes daqueles que, pertencendo às famílias romanas, se tinham destacado com vitórias, triunfos, consulados, ditaduras, sacerdócios, etc.

Contrariando essa opinião há os que afirmam, apoiados nos historiadores do passado, que os monetários exercendo seus poderes até Júlio César, jamais mencionaram os cargos na moedagem consular.

Outra suposição refere-se aos territórios conquistados. Roma, tôdas às vêzes que conquistava um território, enviava uma comissão de dez membros do Senado, delegados (*legati*) para, de acôrdo com o general vencedor, procederem à organização da província, fixando o tributo, regulando a divisão judicial e administrativa e dando forais às cidades. Cada pretor ou administrador tinha o direito de cunhar moeda trazendo o seu nome e isso se observa em muitos exemplares que apresentam os tipos característicos das cunhagens feitas na Ásia e na África.

Isto se explica quando sabemos que tôdas às vêzes que uma determinada autoridade da República partia para ocupar seu novo cargo, costumava levar consigo artesãos romanos para o fim especial de cunhar moedas. Essa cunhagem que deveria ser grande,

por ser na maior parte aplicada no pagamento das tropas romanas, era tornada moeda corrente na cidade ou qualquer localidade conquistada onde tinha sido emitida, por um édito especial.

Assim foi o denário cunhado na Grécia e na Ásia, para pagamento do exército de Sila. Tal emissão, não intervindo com o dinheiro nativo que algumas províncias estavam autorizadas a cunhar, tinha circulação forçada, porque o denário romano, tendo o péso da dracma grega, confundia-se com a mesma.

E' das hipóteses a que se apresenta com mais probalidades, embora tenha contra si a opinião de inúmeros numismatas.

Também convém não esquecer que um número considerável de nomes de famílias romanas, quer patrícias quer plebéias, são encontrados nas moedas dos últimos períodos da República Romana e o aparecimento de tais nomes na cunhagem talvez possa parecer terem tido início ao se iniciar a moedagem da prata, visto serem os tipos destas moedas idênticos aos dos primitivos denários que apresentam a cabeça de *Roma* coberta com um capacete e o nome da cidade: *Roma*.

Historiadores contemporâneos julgam que as *moedas consulares* ou *moedas das famílias*, devem ter pertencido a um período compreendido dentro dos cinquenta anos anteriores ao reinado de Augusto, como parece comprovar grande número de exemplares cunhados.

Todos os fatos históricos que nelas se acham representados, teriam acontecido na época em que essas moedas foram cunhadas? O mais razoável será admitirmos que os fatos aí estampados tivessem acontecido nos séculos I, II, III ou IV de Roma, pois só no fim do século V foi que ali começou a cunhagem de moedas de prata e ainda depois, por um espaço de mais de um século, os questores, os edis e os triúnviros que sucessivamente tiveram a intendência da moeda, receando dar aos seus concidadãos a idéia de ambição e vaidade, conservaram a representação no verso da moeda da cabeça de Jano e no reverso a proa de um navio, que eram as armas da cidade, uma biga ou quadriga, ou então a cabeça de Roma e mais comumente as figuras de Castor ou Polux.

Como se vê, não está devidamente esclarecido pelos historiadores esta série da cunhagem da República Romana, e mesmo o ilustre numismata Cohen, depois de estudar as várias opiniões apreciadas, conclui pela dificuldade de as resolver, quando são passados mais de dois mil anos e serem falhos estes e outros pontos da História Numismática da República Romana.

Como classificar, pois, as moedas da República Romana, ou Moedas Consulares ou ainda Moedas das Famílias? A título de curio-

sidade, vamos aqui enumerar as séries em que se pode fazer essa classificação, de acôrdo com os tratados modernos.

1.a). — Aquelas que trazem nomes simples de magistrados, como ocorre na cunhagem grega, freqüentemente abreviados, como vemos nas moedas da Família Cloeli, abreviado para T. Clovli.

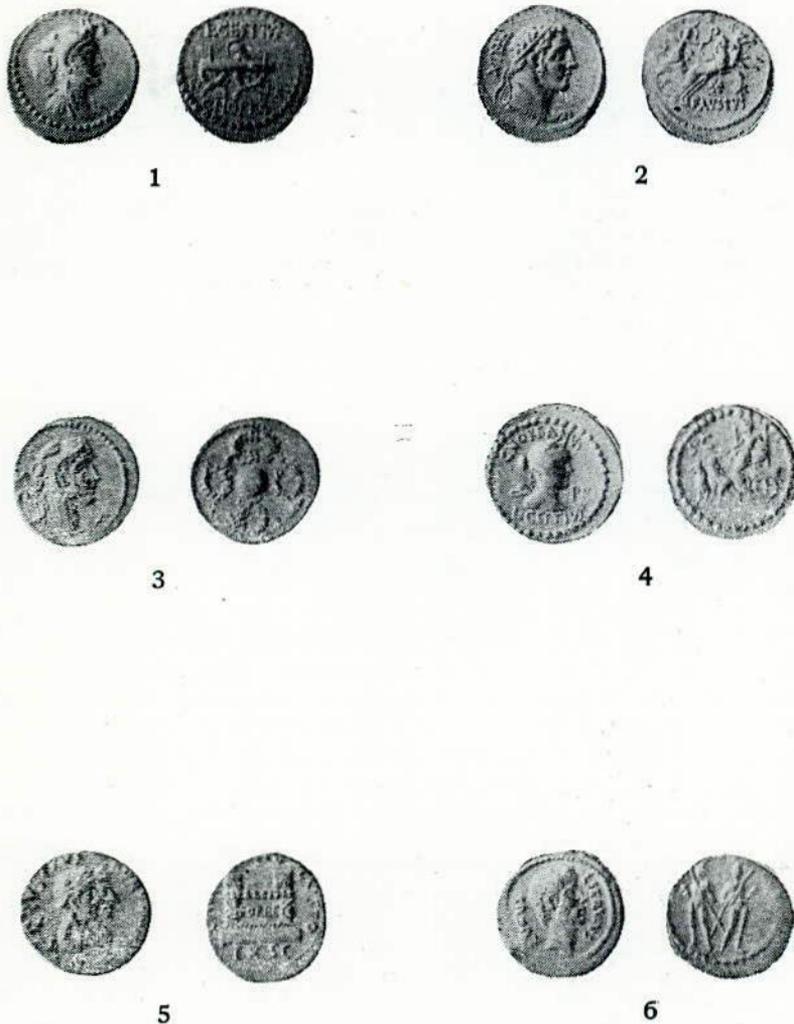
2.a). — Aquelas que junto ao nome trazem também símbolos pertencentes à família ou o nome de algum ilustre ancestral; como exemplo, as moedas da Família Horatia, com o nome de Cocles.

3.a). — Aquelas que tem no verso a cabeça de Roma bem modelada e no reverso algum fato histórico relacionado com pessoas da família, cujo nome aparece gravado na moeda. Os exemplares de moedas cunhadas sob os auspícios de Sila, seja como intendente de casa de cunhagem ou obedecendo a sua direção como ditador, são bons exemplos dêste estilo. No verso aparece Sila (Lúcio Cornélio, 138-78 a. C.) conduzindo uma biga ou quadriga num estilo dos mais antigos períodos; no anverso, a cabeça de Roma ou Palas, numa escultura mais decorativa em suas proporções, diferenciando-se das primitivas cunhagens.

Nas reproduções das moedas da República Romana estudamos as figuras ou atributos das divindades, Apolo ou o seu loureiro, Vênus ou a sua murta, Júpiter, Marte, Diana, as divindades tutelares dos cavaleiros, marinheiros e comerciantes.

Observando as moedas de Roma a mente desenvolve seu rápido poder evocativo e tôda a História dêsse grande povo perpassa fugaz mas nítida, desde os recuados tempos dos reis lendários até a implantação do regime republicano, no qual se usaram as moedas de cobre fundidas, desde o *aes signatum* e do *aes libral* até sua redução sucessiva, redução econômica imposta pelas guerras púnicas, com o fim de fazer face às despêsas bélicas, continuando essa medida restrita até a constituição do Império Romano que dominaria o mundo.

Fig. 57. — Tipos de moedas consulares.



1. — *Céstia, aureus.*
2. — *Cornélia, denário.*
3. — *Cornélia, denário.*
4. — *Norbans, aureus.*
5. — *Rústia, denário.*
6. — *Sulpícia, denário.*

FAMÍLIAS CONSULARES QUE CUNHARAM MOEDA DURANTE
A REPÚBLICA ROMANA.

- | | |
|----------------------------|-------------------|
| 1. — Aburia. | 47. — Cornuficia. |
| 2. — Accoleia. | 48. — Cosconia. |
| 3. — Acilia. | 49. — Cossutia. |
| 4. — Aelia ou Allia. | 50. — Crepercia. |
| 5. — Aemilia. | 51. — Crepusia. |
| 6. — Afrania. | 52. — Critonia. |
| 7. — Alliena. | 53. — Cupiennia. |
| 8. — Annia. | 54. — Curiatia. |
| 9. — Antestia ou Antistia. | 55. — Curtia. |
| 10. — Antia. | 56. — Decia. |
| 11. — Antonia. | 57. — Decimia. |
| 12. — Appuleia. | 58. — Didia. |
| 13. — Apronia. | 59. — Domitia. |
| 14. — Aquillia. | 60. — Duillia. |
| 15. — Arria. | 61. — Durmia. |
| 16. — Asinia. | 62. — Egnatia. |
| 17. — Atia. | 63. — Egnatuleia. |
| 18. — Atilia. | 64. — Eppia. |
| 19. — Aufidia. | 65. — Fabia. |
| 20. — Aurelia. | 66. — Fabricia. |
| 21. — Autronia. | 67. — Fannia. |
| 22. — Axia. | 68. — Farsuleia. |
| 23. — Baebia. | 69. — Flaminia. |
| 24. — Barbatia. | 70. — Flavia. |
| 25. — Betiliena. | 71. — Fonteia. |
| 26. — Caecilia. | 72. — Fufia. |
| 27. — Caecina. | 73. — Fulvia. |
| 28. — Caesia. | 74. — Fundania. |
| 29. — Calidia. | 75. — Furia. |
| 30. — Calpurnia. | 76. — Gallia. |
| 31. — Canidia. | 77. — Gellia. |
| 32. — Caninia. | 78. — Herennia. |
| 33. — Carisia. | 79. — Hirtia. |
| 34. — Carvilia. | 80. — Horatia. |
| 35. — Cassia. | 81. — Hosidia. |
| 36. — Cestia. | 82. — Hostilia. |
| 37. — Cipia. | 83. — Itia. |
| 38. — Claudia ou Clodia. | 84. — Julia. |
| 39. — Clovia. | 85. — Junia. |
| 40. — Cloulia. | 86. — Juventia. |
| 41. — Cocceia. | 87. — Licinia. |
| 42. — Coelia. | 88. — Livia. |
| 43. — Considia. | 89. — Livineia. |
| 44. — Coponia. | 90. — Lollia. |
| 45. — Cordia. | 91. — Lucilia. |
| 46. — Cornelia. | 92. — Lucretia. |

93. — Luria.
94. — Lutatia.
95. — Maecilia.
96. — Maenia.
97. — Maiania.
98. — Mamilia.
99. — Manlia.
100. — Marcia.
101. — Maria.
102. — Matia.
103. — Memmia.
104. — Mescinia.
105. — Metilia.
106. — Mettia.
107. — Minatia.
108. — Minutia.
109. — Mucia.
110. — Munatia.
111. — Mussidia.
112. — Naevia.
113. — Nasidia.
114. — Neria.
115. — Nonia.
116. — Norbana.
117. — Numitoria.
118. — Numonia.
119. — Ogulnia.
120. — Opeimia.
121. — Oppia.
122. — Papia.
123. — Papiria.
124. — Pedania.
125. — Petillia.
126. — Petronia.
127. — Pinaria.
128. — Plaetoria.
129. — Plancia.
130. — Plautia, Plutia ou
Plotia.
131. — Poblícia.
132. — Pompeia.
133. — Pomponia.
134. — Porcia.
135. — Postumia.
136. — Procilia.
137. — Proculeia.
138. — Quinctia.
139. — Renia.
140. — Romilia.
141. — Roscia.
142. — Rubellia.
143. — Rubria.
144. — Rustia.
145. — Rutilia.
146. — Salvia.
147. — Sanquinia.
148. — Satriena.
149. — Saufeia.
150. — Scribonia.
151. — Sempronia.
152. — Sentia.
153. — Sepullia.
154. — Sergia.
155. — Servilia.
156. — Sestia.
157. — Sicinia.
158. — Silia.
159. — Sosia.
160. — Spurilia.
161. — Statia.
162. — Statilia.
163. — Sulpicia.
164. — Tarquitia.
165. — Terentia.
166. — Thoria.
167. — Titia.
168. — Titinia.
169. — Tituria.
170. — Tod... (?).
171. — Trebania.
172. — Tullia.
173. — Turillia.
174. — Urbinia.
175. — Valeria.
176. — Vargunteia.
177. — Ventidia.
178. — Vergilia.
179. — Vettia.
180. — Veturia.
181. — Vibia.
182. — Vinicia.
183. — Vipsania.
184. — Voconia.
185. — Volteia.

SOBRENOMES QUE SE ENCONTRAM NAS MEDALHAS CONSULARES
COM A DESIGNAÇÃO DAS FAMÍLIAS A QUE PERTENCEM.

<i>Sobrenomes</i>	<i>Nomes das famílias</i>	<i>Sobrenomes</i>	<i>Nomes das famílias</i>
Acisculus	Valeria	Capito	Fonteia Maria Oppia
Agrippa	Luria		
	Vipsania	Capitolinus	Petillia
Abala	Servilia	Carbo	Papiria
Ahenobarbus ...	Domitia	Casca	Servilia
Albinus	Postumia	Cato	Porcia
Antiaticus	Maenia	Catullus	Valeria
Aquinus	Caecilia	Celer	Cassia
Asiagenes	Cornelia	Celsus	Papia
Atratinus	Sempronia	Censorinus	Marcia
Augurinus	Minucia	Cerco	Lutatia
Bala	Aelia	Cestianus	Plaetoria
Balbus	Acilia	Cethegus	Cornelia
	Antonia	Chilo ou Cilo ...	Flaminia
	Atia	Cinna	Cornelia
	Cornelia	Cocles	Horatia
Bassua	Naevia	Cordus	Mucia
	Thoria	Cossus	Cornelia
	Betiliena	Costa	Pedania
Bibulus	Calpurnia	Cotta	Aurelia
Blandus	Rubellia	Crassipes	Furia
Blasio	Cornelia	Crassus	Licinia Canidia
Brocchus	Furia		
Brutus	Junia	Crispinus	Quinctia
Buca	Aemilia	Croto	Metilia
Bursio	Julia	Dossenus	Rubria
Cacicianus	Cassia	Fabatus	Roscia
Caepio	Servilia	Faustus	Cornelia
Caesar	Julia	Felix	Cornelia
Caldus	Coelia	Flaccus	Rutilia
Capella	Naevia		Valeria

<i>Sobrenomes</i>	<i>Nomes das famílias</i>	<i>Sobrenomes</i>	<i>Nomes das famílias</i>
Flavus	Decimia	Maridianus	Cossutia
Florus	Aquillia		Egnatia
Fostulus	Pompeia	Maximus	} Fabia
Frugi	Calpurnia		
Gal	Memmia	Mensor	Farsuleia
Galba	Sulpicia	Messalla	Valeria
	Asinia	Metellus	Caecilia
Gallus	} Caninia	Molo	Pomponia
		Aburia	Murcus
Geminus	Hosidia	Murena	Licinia
Geta	Antestia	Mus	Decia
Grac ou Grag ..	Sempronia	Musa	Pomponia
Graccus	Flavia	Naso	Axia
Hemic	Annia	Natta	Pinaria
Hispaniensis ...	Plautia		Cocceia
Hypsaeus	Vettia	Nerva	} Licinia
Judex	Licinia		
Janianus	Fufia	Nomentanus	Atilia
Kalenus	Fabia	Nonianus	Considia
Labeo	Atia	Otho	Salvia
Labienus	Porcia		Aelia
Laeca	Aelia	Pactus	} Considia
Lamiae	Accoleia		
Lariscolus	Cornelia	Palikanus	Lollia
Lentulus	Aemilia	Pansa	Vibia
Lepidus	Marcia	Paullus	Aemilia
	Scribonia	Philippus	Marcia
Libo	Porcia	Philus	Furia
Licinus	Mamilia	Pictor	Fabia
Limitanus	Cassia	Piso	Calpurnia
Longinus	Mussidia	Pitio	Sempronia
Longus	Terentia		Caecilia
Lacunus	Gallia	Pius	} Pompeia
Lupercus	Licinia		
Macer	Sepullia	Plancus	} Plautia
	Pompeia		
Magnus	Publicia	Platorinus	Sulpicia
Malleolus	Cornelia	Pulcher	Claudia
Marcellinus	Claudia	Purpureo	Fabia
Marcellus		Quinctilianus ...	Nonia
		Reginus	Antestia

<i>Sobrenomes</i>	<i>Nomes das famílias</i>	<i>Sobrenomes</i>	<i>Nomes das famílias</i>
Regulus	Livincia	Ser	Manlia
Restio	Antia	Silanus	Junia
Rocus	Crepereia	Silianus	Licina
	{ Aurelia	Silus	Sergia
	{ Cordia	Sisenna	Cornelia
	{ Lucilia	Spinther	Cornelia
	{ Mescinia	Stolo	Licina
Rufus	{ Minucia	Strabo	Volteia
	{ Plotia	Sufenas	Nonia
	{ Pompeia	Sulla	Cornelia
	{ Pomponia	Sulpicianus	Quinctia
	{ Sulpicia	Surdinus	Naevia
Rullus	Servilia	Talna	Juventia
Rus	Aufidia	Tamphilus	Baebia
	{ Minatia	Taurus	Statilia
Sabinus	{ Tituria	Thermus	Minucia
	{ Vettia	Torquatus	Manlia
Sabula	Cossutia	Trigeminus	Curiatia
Salinator	Oppia	Trio	Lucretia
Saranus	Atilia	Trogus	Maria
Saserna	Hostilia	Tubulus	Hostilia
Saturninus	Appuleia	Tullus	Maecilia
Saxula	Clovia	Turdus	Papiria
Scaeva	Junia	Turpilianus	Petronia
Scarpus	Pinaria	Unimanus	Claudia
	{ Aemilia	Vaala	Numonia
Scaurus	{ Aurelia	Varro	Terentia
	{ Cornelia	Varus	Vibia
Scipio	Arria	Vetus	Antistia
Secundus		Vitulus	Voconia
		Volusus	Valeria

XV

IMPÉRIO ROMANO.

Moedas de ouro, prata e bronze. Sistemas do aes. Períodos da história monetária de Roma. Abreviaturas que aparecem nas legendas das moedas romanas e suas significações.

MOEDAS DE OURO.

O ouro, como dinheiro, começou circular sob a forma de lingotes no mercado de Roma.

Conservava-se no erário do Estado lingotes de ouro que constituíam parte das mais importantes da reserva metálica; em 545 (209 a. C.) durante a primeira guerra púnica, quando os romanos foram obrigados a recorrer ao ouro depositado para fazer face às despesas crescentes da República, foram encontradas quatro mil libras em pêsos de ouro; em 597 (157 a. C.), a reserva de ouro formava $\frac{4}{5}$ do tesouro. Nessa época, a libra de ouro valia 4.000 sestércios ou 1.000 denários; a proporção dos dois metais, era então de 1:11,91. Quando, para fazer face às despesas da guerra Social e da guerra de Mitridates para o ano 665 (89 a. C.), a lei Pláutia-Papíria ordenou a alienação do tesouro público, venderam-se os terrenos vagos situados aos lados do Capitólio por uma soma de 9.000 libras de ouro, verificou-se por outro lado que a reserva do *aerarium Saturni*, era ainda, como nos diz Plínio, de 17.410 libras de ouro, 22.070 libras de prata em lingotes e de 6.135.400 sestércios, ou seja 18.230 libras em prata amoadada e de 1.620.831 sestércios em ouro também amoadado. Mas este ouro amoadado era o ouro estrangeiro, oriundo das relações mantidas sobretudo com a Ilíria e a Macedônia e pelo seu uso em Roma ficou conhecido como *estátères de ouro de Filipe*, porque trazia a efígie do rei da Macedônia nele gravado. Mais tarde, ao começar o século VII, depois da descoberta das minas de ouro da Nórica, o valor do ouro baixou de $\frac{1}{3}$ e esta baixa foi ainda mais acentuada, quando depois da guerra das Gálias, César trouxe para a Itália uma grande quantidade de ouro. Neste último período, a libra de ouro não valia mais que 3.000 sestércios e a proporção entre os dois metais ficou assim reduzida de 1:8,93. O ouro circulava então no estado primitivo sob

a forma de barras metálicas ou sob a forma de moedas estrangeiras, como simples mercadoria; e mesmo quando foi emitida a moeda de ouro, continuou-se a ver no mercado, em concorrência, as peças de ouro e os lingotes. Pesavam-se os lingotes, mas não se pensava em assegurar uma boa liga ao metal, que foi sempre julgado como do mais puro.

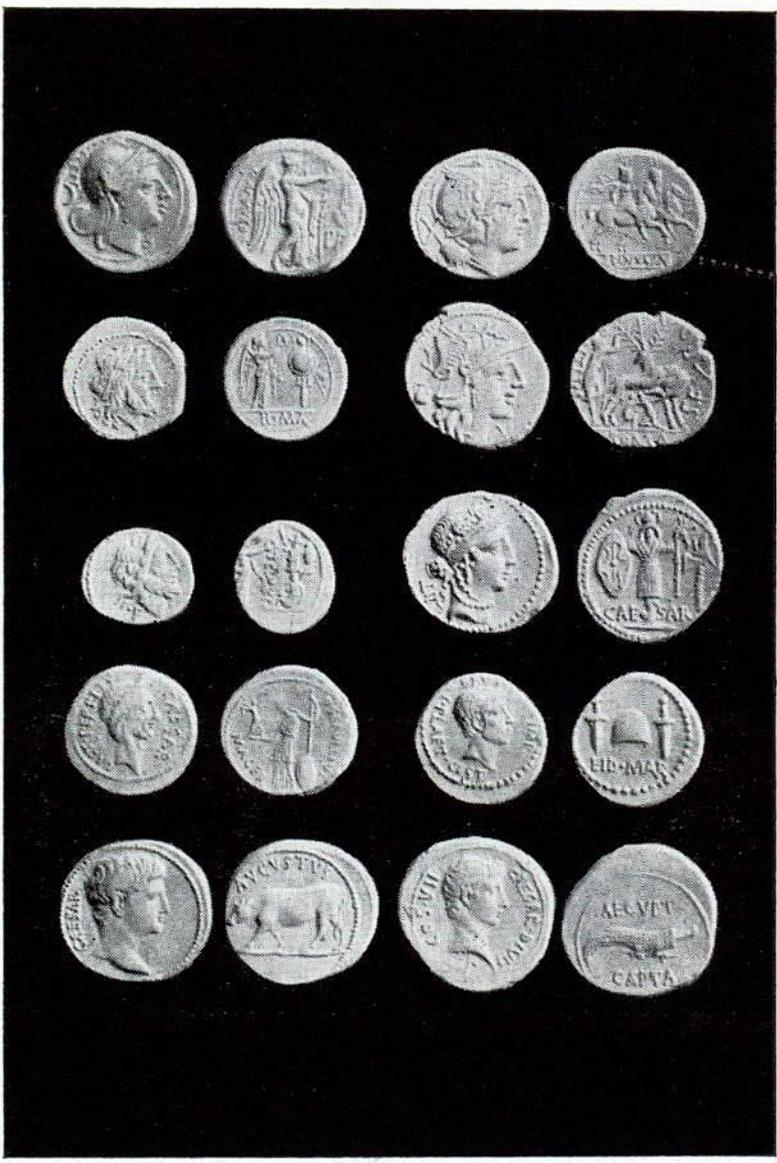
Depois de haver fixado o ano 485 para a primeira emissão da moeda de prata, Plínio acrescenta: *Aureus nummus post annos LI percussos est quam argenteus* (40). Se a data exata da primeira moeda de prata é o ano 485, a moeda de ouro faz, segundo a história romana, sua aparição em 537 (217 a. C.), época da reforma da lei Flamínia. Esta data se acha confirmada pelo exame de peças antigas, podendo-se considerar como moedas romanas duas categorias especiais de peças de ouro, as quais não tendo sido cunhadas em Roma, trazem todavia a inscrição *Roma*; algumas destas moedas têm por tipos a cabeça de Marte à direita e no reverso uma águia sôbre um raio, exprimindo assim a indicação de seu valor: X, XL, XX, que quer dizer 60, 40 e 20 sestércios. As outras têm à direita cabeça de Jano e no reverso dois guerreiros prestando um juramento. Estas peças que fazem parte da série chamada romano-campânica, foram emitidas em virtude da lei Flamínia, pelos generais encarregados de combater Aníbal na Campânia, o que leva a crer não possam essas peças ser consideradas moedas romanas pròpriamente ditas, por que sua emissão cessou ràpidamente e os romanos não pensaram em substituí-las por outras espécies de ouro.

E' preciso recuar cronològicamente até o fim da República para se encontrar a emissão das moedas de ouro. Estas foram cunhadas quando o poder começou a ser pessoal e a ser concentrado nas mãos do *imperator*. As primeiras emissões são as de Sila em 667 (87 a. C.) e durante os anos seguintes; vêm em seguida as de Pompeu em 673 (81 a. C.) e as de Júlio César a partir do ano 708 (46 a. C.), sendo tôdas como se nota, moedas verdadeiramente imperiais e militares. Pode-se mesmo dizer que as peças de ouro de Sila, de Pompeu e uma parte das de César, não são senão moedas de circunstância, cunhadas excepcionalmente fora de Roma para o serviço dos exércitos ou por ocasião de algum triunfo ou solenidades extraordinárias; o tipo do reverso e as legendas parecem confirmar isso.

Portanto, César fêz cessar, se assim se pode dizer, a distinção que havia entre as peças emitidas em Roma e aquelas que eram

(40). — Plínio, *Hist. natur.*, XXXIII. 3,47. O manuscrito de Bamberg traz annos *LI*, os outros dizem ao contrário annos *LXII*, mas a lição do manuscrito de Bamberg, é a preferível. Cf. Hultsch, *Griechische und roemische metrologie*, 2a. edição.

1
3
5
7
9



2
4
6
8
10

Fig. 58. — *Moedas romanas.*

- | | | | | | |
|-----|-------|-------------------------|-------|-------|-----------------------|
| 1 — | Cápua | Romano-Capuano, dracma, | 6. — | Roma. | Júlio César, áureo. |
| | | 312-286 a. C. | 7. — | " | Júlio César, denário. |
| 2 — | Roma. | Denário, 268 a. C. | 8. — | " | Brutus, denário. |
| 3 — | " | Vitoriato, 268 a. C. | 9. — | " | Augusto, áureo. |
| 4 — | " | Denário, 150-125 a. C. | 10. — | " | Augusto, áureo. |
| 5 — | " | Quinário. | | | |

cunhadas fora da cidade pelo *imperator*; e as cunhagens de peças de ouro foram-se fazendo sob a responsabilidade do próprio prefeito de Roma, L. Munatius Plancus. As últimas moedas de ouro de Júlio César vieram enfim a constituir pela sua abundância, uma verdadeira moedagem; mas até atingirem este ponto, foi quase que exclusivamente em lingotes que o ouro entrou nas transações comerciais, de sorte que, resumindo, a moeda de ouro em Roma foi essencialmente a moeda imperial, se bem que ela tenha começado antes de terminar a era republicana. Não há exceção neste caso, senão para as peças de ouro cunhadas imediatamente após a morte de César em 710 (44 a. C.), emitidas pelo Senado, desejoso de mostrar que êle retomava a autoridade que os generais tinham usurpado.

As peças de ouro cunhadas depois de Sila até Augusto não trazem indicação de seu valor; elas são de peso incerto que não respondem a um número redondo de escrúpulos. Podem, entretanto, serem reduzidas em frações regulares da libra romana, como demonstra o quadro seguinte:

Aureus de Sila, ordinariamente	1/30 da libra romana	10,915 grs.
Aureus de Sila, raramente	1/36 da libra romana	9,096 grs.
Aureus de Pompeu, de	1/36 da libra romana	9,096 grs.
Aureus de Júlio César, de	1/40 da libra romana	8,186 grs.

Tal é o peso normal destas peças, mas o peso efetivo, muito raramente aparece. Quanto ao tipo representado sobre os *aureus*, êle varia muito, como variavam os tipos da prata ao findar o período republicano; os *aureus* muitas vezes não são por outro lado, senão a reprodução em ouro do cunho que serviu para a emissão do denário. Esta circunstância facilita notavelmente a obra dos falsificadores modernos e os colecionadores não se podem acautelar devidamente contra esta enganosa indústria.

Esta é a versão dada por Ernest Babelon sobre o aparecimento da moedagem do ouro em Roma, na sua magnífica obra *Description historique et chronologique des monnaies de la République Romaine*.

*

Vejamos agora o que nos diz Angelo Segré, no seu importante trabalho *Metrologia e circolazione monetaria degli antiche*, sobre a moedagem de ouro romana:

“A verdadeira origem do áureo romano, somente data de 49 a. C. quando César tomou a si o direito de cunhar moedas, direito que exerceu por ocasião de seus triunfos

em 46 e 45, por meio de seus dois prefeitos Aulo Hircio e L. Munácio Planco, cunhando o primeiro o *denarius aureus* e o segundo, o *quinarius*. César supriu assim a distinção entre a moedagem do ouro em Roma e nas províncias e se arrogou o direito de emitir moeda, que em Roma era exercido pelo Senado por meio dos *tresviri monetales*, fora da cidade pelos magistrados com pleno poder militar, os ditadores, os cônsules, os pretores, os precônules e os propretors e, durante seu impedimento, pelos questores no âmbito de sua província.

Após o assassinato de César, o Senado retomou para si a cunhagem do ouro, delegando os prefeitos L. Céstio e Cáio Norbano, que cunharam os áureos *senatus consultus*.

De 43 a 37, a cunhagem do ouro foi associada pelo Senado à da prata, que foi confiada aos *quatuorviri monetari*. Ao mesmo tempo, o ouro foi emitido nas províncias de Antônio, Bruto, Cássio e Domicio Aenobarbo e L. Labieno; após a batalha de Nauloco, inicia-se finalmente a cunhagem regular do áureo imperial”.

*

A época dos triúnviros assinala o período de transição entre a República e o Império, quando cabia ao Senado a iniciativa da cunhagem da moeda em todos os metais.

Com Augusto, avocando para si e seus sucessores o direito da cunhagem dos metais preciosos, deixando o cobre aos cuidados do Senado, o ouro entrava definitivamente no sistema monetário romano, constituindo, juntamente com a prata, o metal base da moeda, permanecendo esta decorrência através de três séculos.

Nas províncias pertenciam aos *questores* o fabrico da moeda colonial de prata, de bilhão e de cobre; esta permissão podia estender-se às províncias e cidades, mas raras vezes Roma concedia o privilégio para a cunhagem de moedas de prata.

Aos reis do Bósforo foi permitida a fabricação de exemplares de ouro ou *electrum*, tendo de um lado a sua efígie e do outro a do imperador romano. Estas peças, quase com o peso do áureo romano, tinham a era do Ponto em números gregos, começando no reinado de Sauromato I, no Império de Augusto (7 a. C.), até ao de Cotis III, contemporâneo de Alexandre Severo (229 d. C.) (41).

(41). — *Reino do Ponto*. Estado situado na parte setentrional da Ásia Menor, nas margens do Ponto Euxino. Os persas no tempo de Dario I, formaram ali uma satrápia, que pouco a pouco se tornou quase independente. Fêz depois parte do império de Alexandre e o seu soberano Mitridates II, tomou o título de rei e foi apelidado “Clistés”, o fundador. No reinado de Mitridates VII, o Ponto opôs uma vigorosa resistência aos romanos e depois de sua morte (65 a. C.), o seu reino foi dividido entre quatro soberanos pelo Senado Romano. Depois de várias vicissitudes, o Ponto formou no reinado de Constantino duas províncias, o *Helenoponto* e o *Ponto Polemoniaco*.

As moedas de ouro romanas eram de duas espécies: o *denário de ouro* e o *meio denário* ou *quinário de ouro*.

O múltiplo passou a ser conhecido pelo nome genérico de *medalhão*.

O *pêso do áureo*, que era a unidade monetária do ouro em Roma, sofreu muitas alterações. Augusto conservou o sistema da República, dando à libra o valor de 40 áureos; Nero reduziu a 45 peças; Caracala e seus sucessores até Gordiano III, ainda diminuíram mais, chegando a 50 em libra.

Dêste último até Juliano (238-284 a. C.), o *pêso da moeda de ouro* tornou-se de tal forma irregular, que se torna difícil determinar o número de peças que entravam na libra.

Pêso sucessivo do áureo romano em relação à libra.

<i>Imperadores</i>	<i>Número de peças em relação à libra</i>	<i>Pêso</i>
Augusto	40 áureos em libra	8,175 grs.
Nero	45 áureos em libra	7,266 grs.
Caracala	50 áureos em libra	6,540 grs.
Diocleciano	60 áureos em libra	5,450 grs.
Constantino	72 áureos em libra	1,513 grs.

Título.

A pureza do metal foi sempre conservada. O título era indicado com as letras O B (Obrizum) que significava “ouro puro” ou seja da maior pureza permitida pelos meios de refinamento conhecidos.

Na Índia negociavam o ouro romano em troca de pérolas, perfumes e especiarias.

Até Galieno a moeda romana não indica o lugar onde foi fabricada, sendo provável que as moedas de ouro e de prata o fôsem pela maior parte em Roma; alguns áureos de Galba, são de fabricação espanhola e em outros de Caracala, Júlia Domna, Heliogáballo, Urânio, Otacília, Mariana, etc., notam-se caracteres orientais.

MOEDAS DE PRATA.

O Império Romano conservou o *denário* da República; o *quinário* foi sempre raro e o *sestércio*, embora fôsse conservado como moeda de conta, foi substituído pelo *sestércio de bronze*.

Pêso. O denário correspondia a 1/84 da libra, pesando 3,90 grs., sofrendo como a moeda de ouro sob o reinado de Nero, uma redução para 1/16, com o *pêso* de 3,41 grs., *pêso* êste que conservou até Septímio Severo (193-221 d. C.).

Título. No Império Romano, as moedas foram de prata pura até Septímio Severo; durante o reinado dêste imperador e de seus filhos Caracala e Geta, a prata figurava escassamente pela metade.

Caracala (196-217) criou uma moeda de prata, um denário-comum, na qual aparecia a cabeça do imperador radiada em lugar de laureada e o busto de Augusta circundado pela meia lua; do nome de Caracala (Marcus Aurelius Antoninus) esta moeda tirou o nome de *Aureliano* e depois passou a ser chamada comumente de *Antoniano*.

Entretanto, o título da prata a que lhe tinham juntado uma liga, foi baixando, dando lugar sob Galieno (254-268 d. C.), ao aparecimento de uma moeda revestida com uma simples capa de prata ou simplesmente prateada e desde então a moeda passou a ter somente o nome e o valor nominal, que sempre se conservaram os mesmos.

Reforma de Diocleciano. Continuando a decadência da moeda de prata, Diocleciano (285-305 d. C.) introduziu na organização monetária o mesmo espírito de reforma que já usara em outros setores da administração pública. Por essa reforma, o *áureo* diminuiu de valor como já vimos, mas a moedagem de prata foi melhorada com a cunhagem do denário em prata fina, isto é, isenta de liga e que assim continuou até a queda do Império do Oriente.

Essas moedas que passaram a ser conhecidas também pelo nome de *centionales*, traziam no exergo a marca **XCVI** indicativa de seu pêso, pois Diocleciano com a sua reforma, quis dar à moeda de prata o mesmo pêso que ela tivera ao ser fabricada no comêço do Império Romano; pouco depois foram cunhados, ainda que em quantidades menores, os *medius centionales*.

Miliarensi, siliqua e meia siliqua. Do ano 351 d. C. em diante, nos reinados de Constâncio II e Juliano II, apareceram mais três moedas de prata pesando menos que o *centionales*, denominadas: *miliarensi, siliqua* e *meia siliqua*, pesando a *siliqua* cêrca de 2,60 grs.

Pela lei de Arcádio e Honório, que proibiu em 395 a cunhagem de moedas com o pêso superior a 1/96 da libra, parece evidente haver existido uma ou mais moedas de prata com pêso e valor superior, o que é confirmado por Mommsen, quando se refere à falta absoluta de relação entre o valor e o pêso das moedas dessa época.

MOEDA DE BRONZE.

No ano 15 Augusto autorizava o Senado a cunhar moeda de bronze, mas reservando-se o direito de poder também cunhar nesse metal em qualquer eventualidade.

Todo o bronze emitido pelo Senado trazia as iniciais S C (*Senatus Consulto*), como testemunho da autoridade senatorial que, sob sua responsabilidade, fazia circular a grande massa da moedagem de bronze. As peças com a ausência dessas letras, constituíam a limitadíssima emissão imperial.

No Império Romano as moedas de bronze sofreram também diminuição de peso e supressão da indicação do valor e somente no reinado de Nero, essas marcas voltaram a aparecer; assim, o sinal "II" encontra-se nos tipos de Macellum, da Segurança e da Vitória; a marca "I" acha-se nas moedas de módulo entre o pequeno e o médio bronze, módulo que não é freqüente senão em Nero e raríssimo em alguns de seus sucessores; a marca "S" aparece nas medalhas de pequeno bronze.

Classificação. Oos numismatas para efeito de classificação, dividem a moedagem de bronze do Império Romano, em três séries: *grandes bronzes*, *médios bronzes* e *pequenos bronzes*.

Esta divisão, embora arbitrária, tem sido universalmente adotada e é, por certo, a que mais satisfaz.

Metal de cunhagem. O *grande bronze* correspondente ao sestércio, valendo 4 asses, é cunhado em latão ou cobre amarelo; o *médio bronze* correspondendo ao dupôndio e valendo 2 asses, é cunhado no mesmo metal e o *pequeno bronze*, representando o asse, em cobre vermelho.

Peso. O peso das moedas de bronze no princípio do Império Romano, pode ser assim indicado:

<i>Valor</i>	<i>Metal</i>	<i>Peso</i>
sestércio	latão	27,1/2 grs.
dupôndio	latão	13,1/2 grs.
asse	cobre	12 grs.

Como se vê dos pesos acima, é difícil distinguir o *dupôndio* do asse e por essa razão alguns numismatas costumam classificá-los na série de *médios bronzes*.

Tipos das moedas de bronze do Império.

Anversos: Efégies femininas e masculinas, corôas de louro e radiadas, diademas, penteados, mantos, égides, couraças.

Reversos: 1.º grupo. — *Tipos religiosos:* deuses, Vesta, Júpiter, Juno, Hércules, Minerva;

2.º grupo. — *Alegorias*: Eqüidade, Justiça, Vitória, Concor-
dia, Eternidade, etc.

3.º grupo. — tipos relativos à vida imperial, militar e civil.

Em resumo, foram êstes os valores que constituíram o siste-
ma oficial do Império Romano.

As moedas de cobre, desprezadas geralmente pelo seu peque-
no valor intrínseco, são para a ciência do maior alcance histórico;
nos seus tipos, não só foram impressas quase tôdas as moedas
cunhadas em ouro e prata, mas outras muito especiais, interessan-
tíssimas pelos fatos que representam.

Módulo das moedas de bronze.

Dupondio	bronze	30 mm.
As	latão	30 mm.
As	bronze	25 mm.
Semis	latão	25 mm.
Semis	bronze	18 mm.
Quadrans	latão	18 mm.

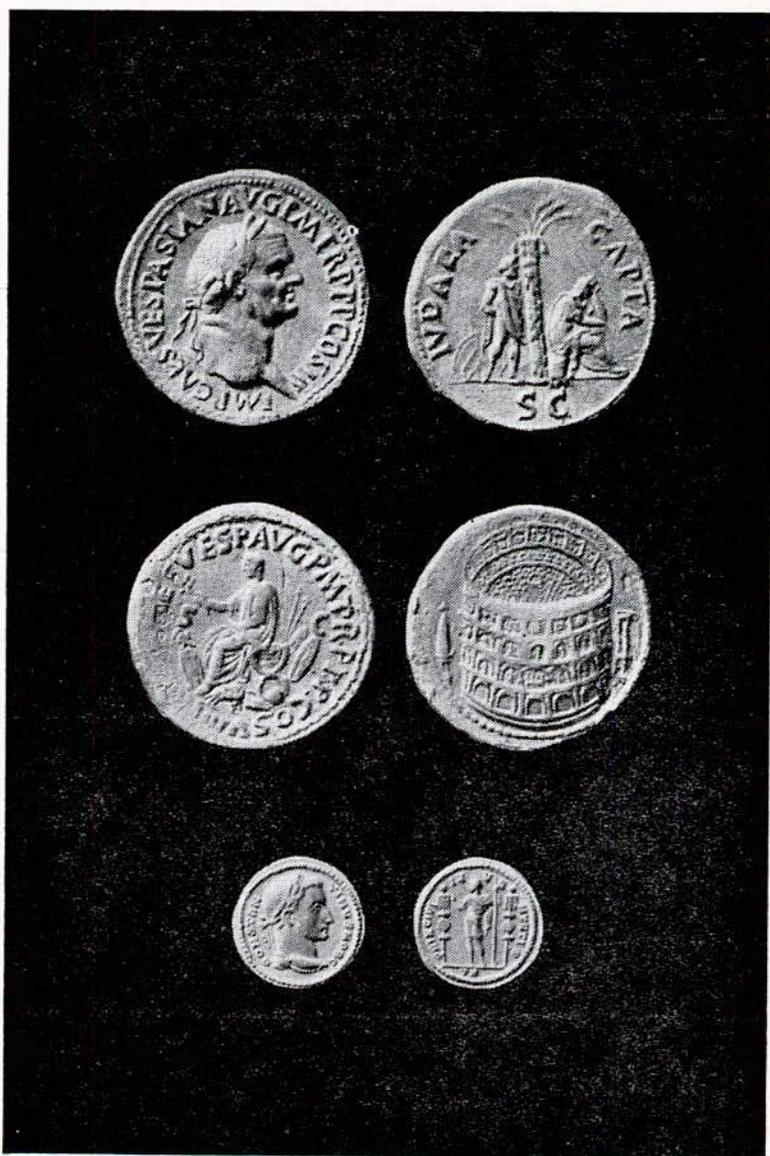
Sistemas do "as".

<i>Denominação</i>	<i>Época</i>	<i>Pêso</i>
Libral	335-312 a.C.	— 1 libra latina 275 grs.
Semi libral	286 a. C.	— 1/2 libra romana .. 163,500 grs.
Sextantário	268 a. C.	— 1/6 libra romana .. 54,500 grs.
Uncial	217 a. C.	— 1/12 libra romana . 27,250 grs.
Semi-uncial	87 a. C.	— 1/24 libra romana . 13,625 grs.

(lei Papíria)

Datas

335 a. C.	Libral
286 a. C.	Semi libral
268 a. C.	Sextantário
217 a. C.	Uncial (lei Flaminia)
89 a. C.	Semi-uncial (lei Papíria)



1

2

3

Fig. 59. — *Moedas romanas.*

1. — Roma. Vespasiano, grande bronze.
2. — " Tito, grande bronze.
3. — " Constantino-o-Grande, solidus.



Fig. 60. — *Moedas romanas.*

1. — Roma. Trajano, áureo.
2. — " Tibério, grande bronze.
3. — " Antonino Pio, grande bronze.
4. — " Nero, grande bronze.

PERÍODOS DA HISTÓRIA MONETÁRIA DE ROMA.

1.º Período — Realza — 753-509 a. C.

GADO — (Pecus).

BRONZE — Bruto (*aes rude* ou *infectum*) — *Aes Rude* — e vestígios do uso do gado (Lei Aternia Tarpeia e Menenia Sextia) 454 e 452 a. C. *Aes signatum* (Surge de 430 a 360 a. C.). *Aes grave* ou *as libral* (Surge de 335-312 a. C.).

BRONZE — As semi-libral (286 a. C.). As sextantário (268 a. C.). Lei Flaminia. As uncial (217 a. C.). Lei Papiria.

2.º Período — República — 509-43 a. C.

PRATA — Denário (268 a. C.). Quinário (268 a. C.) com intermitências. Sestércio (268 a. C.) até 43 a. C.

OURO — Denário (87 a. C.). Quinário.

3.º Período — Império Romano — 43 a. C. 474 d. C.

OURO — Denário. Quinário. Solidus (de Constantino em diante). Triens (306 d. C.).

PRATA — Denário. Quinário. Duplo denário (*Argentus Antoninianus*). *Milliarensis*. *Siliqua*. *Meia siliqua* (360).

BRONZE — Sestércio, 4 asses (Grandes bronzes). *Dupondius*, 2 asses (Grandes bronzes). As (Médios bronzes). *Semis* 1/2 As (Pequenos bronzes).

4.º Período — Império Bizantino — 395-1453 d. C.

OURO — Solidus. *Semissis*. Triens.

PRATA — *Milliarensis*. *Meia-milliarensis*. *Siliqua*. *Meia siliqua*.

BRONZE — *Folis* — 40 numia. 3/4 *folis* — 30 numia. 1/2 *folis* — 20 numia. *Decanummium* 10 numia. *Pendanummium* 5 numia. *Nummum* 1 numia.

ABREVIATURAS QUE APARECEM NAS LEGENDAS DAS MOEDAS ROMANAS E SUAS SIGNIFICAÇÕES.

Nas moedas romanas encontram-se legendas quase sempre abreviadas e de um modo geral mal cunhadas e gastas. Na relação abaixo, estão indicadas não só essas legendas, como as suas significações.

A. A. A. F. F.

Auro, Argentio, Aere, Flando, Feriundo. — Os triúviro monetários exerceram o seu poder até Júlio César e sem que seus cargos fossem mencionados nas moedas, indicando-o apenas assim: III, VIR. C. *Cossutio Maridia-*

no, juntou em seguida ao nome, as iniciais A.A.A.F.F.; é este o primeiro triúmviro, cujo cargo está claramente enunciado nas moedas.

AED.

Aedilis (Edil). — Nome de antigos magistrados administrativos em Roma e que hoje designamos por “ve-reador”. Tinham a seu cargo o policiamento da cidade, a inspeção dos viveres e a direção dos jogos públicos. Esta dignidade servia de escala para subir aos mais altos cargos públicos. Estavam divididos em mais duas classes:

AED. CVR.

Aedilis Curulis. — Magistrados eleitos pelo Senado, com direito a usar a túnica purpurina bordada e a sentar-se na cadeira curul.

AED. PL.

Aedilis Plebis. — Coadjuvantes dos tribunos do povo.

AVG.

Augustus. — Em fevereiro do ano 727 de Roma, Otá-vio, depois de aclamado imperador, adotou o sobrenome *Augusto*, que se tornou hereditário na sua família e con-tinuado pelos imperadores que o sucederam, pertencen-tes a outras dinastias. Este nome tornado título mages-tático, foi conferido às mulheres e filhos dos imperantes.

AVGG. ou AVGGG.

Quando reinava mais de um Augusto, era hábito colocarem-se tantos “G” quantos fôssem âles.

AVG. ou AVGUR.

Augur. — Sacerdote romano que interpretava a von-tade dos deuses e anunciava o futuro pelas observações do vôo e canto das aves.

CAES.

Caesar. — Sobrenome da família Júlia, conservado com ufania pelos descendentes legítimos e adotivos. Ex-tinta a dinastia, a família Cláudia que lhe sucedeu no Império, procurou aliar-se com algum parente, ainda que remoto, de Júlio César e intitularam-se *Césares*, da mes-ma maneira que se haviam intitulado *Augustus*. Poste-riormente o título de *César*, indicava o herdeiro presun-tivo dos imperadores.

CENS.

Censor, era o magistrado romano de classe elevada e que tinha atribuições importantíssimas, vigiando sôbre a moralidade, punindo os de má conduta, degradando-os de um lugar para outro inferior, podendo privar o sena-dor de sua cadeira na cúria e o cavaleiro do cavalo que lhe era dado a expensas do Estado.

CENS. PER.

Censor Perpétuo. — Dignidade incorporada nos títu-los dos imperadores, como o de cônsul, pontifice, etc. Não tinha distintivo especial, usavam as insígnias e os costumes dos cônsules; quando o censor é representado nas moedas, aparece simplesmente vestido com a toga e sentado na cadeira curul.

COS.

Cônsul. — Cargo instituído no ano 244 de Roma e extinto no ano de 579 d. C., no império de Justino II. No Império, o consulado foi um título honorífico conservado para lisongear o amor próprio dos republicanos.

COS. III

Cônsul três vezes.

D.C.

Duumviris. — Eram magistrados extraordinários, criados em casos excepcionais, exercendo uma autoridade política junto à ditadura.

D.D.

Decreto Decoriorum. — Os “decuriones” nas colônias D. C., correspondiam aos senadores em Roma, assim como os “duumviris” representavam os cônsules. Este título era da maior importância e consta por uma moeda ser “duumvir” de Cadiz, *Juba*, rei da Mauritânia. Por essa razão, algumas vezes encontramos em lugar do S. C., as iniciais D. D. (Decreto Decoriorum).

DICT.

Dictador. — Dignidade criada no começo da República, por ocasião das revoltas, com o fim de as vencer. Era nomeado pelos cônsules e a sua jurisdição durava seis meses.

DICT. ITER.

Dictador Iterum. — Mais tarde, quando a República esteve ameaçada pelas guerras, foram criados ditadores para organizar novo Senado e superar qualquer crise difícil. Muitos foram os ditadores, mas nas moedas e só nas de Júlio César, se faz menção desta dignidade: *Caesar dict.* (Caesar ditador), *dict. iter.* (Dictador iterum), *dict. ter.* vel *Quart.* (Dictador tertio vel quarto), *dict. per. vel perpetuo* (Dictador perpétuo).

DICT. TIR ou QVART.

Dictador Tertio ou quarto.

DICT. PER.

Dictador Perpétuo. — Augusto tornou esta dignidade perpétua, incorporando-a na imperial.

D.N.

Dominus Noster (supre o *imp.*) Aureliano foi o primeiro que usou nas moedas este título, havendo sido recusado pelos primeiros imperadores, com receio de que os julgassem como chefe de um governo de escravos.

DESIGN. IIII

Designado quatro vezes (ou III) (três vezes).

EX. S. C.

Ex-Senatus Consultus. — O Senado era em Roma um corpo coletivo, espécie de Conselho de Estado, a quem recorriam em casos difíceis, os reis, os cônsules e os imperadores. Na República, o Senado regulava o tamanho, peso, valor, metal, tipo e legendas das moedas, sancionando as suas deliberações por um decreto a que se chamava *Senatus Consultum*. Por essa razão, apare-

cem em muitas moedas romanas de cobre e em algumas de prata e ouro, as iniciais S. C. (*Senatus Consultus*) e outras vêzes EX. S. C. (*Ex-Senatus Consultus*). No Império, a cunhagem de ouro e prata, foi reservada ao imperador e quando aparece nestas moedas a marca S. C., deve-se atribuir a circunstâncias muito extraordinárias, a êrro dos monetários ou então considerá-las como moedas falsas.

FLA.

Flamen. — Assim eram designados os sacerdotes romanos a serviço de alguma divindade. Podiam ser identificados pelo nome do deus de que estavam encarregados: *Dialis*, ao “flamen” de Júpiter; *Martialis*, ao de Marte, etc.

III. VIR.

Triunvirato Monetário. — Na antiga Roma, eram oficiais públicos encarregados de um ramo da administração. No seu tratado *Origine Juris* (Leg. 2), diz Pomponius: “estabeleceram-se ao mesmo tempo os triúnviros monetários para cunhar o cobre, a prata e o ouro”.

IMP.

Imperator. — Entre os romanos, era o chefe revestido do “imperium” militar. Prevaleceu o uso de que o título não fôsse tomado pelos generais, senão depois de uma vitória; êste título era conferido tanto pelos soldados, como pelo Senado. Em 708 de Roma, o Senado conferiu-o a Júlio César em caráter perpétuo, quando passou a fazer parte integrante das denominações imperiais. O *imp.* no começo da legenda, mostra a dignidade, no centro ou no fim, uma vitória. Nas moedas até Póstumo (259-267), o *imp.* era seguido de números indicativos das vitórias: *imp.*, *Iterum* ou III ou ainda IV; no Império, indicava também algumas vêzes os anos de reinado; *imp. XXXXII* (moeda de ouro de Teodósio II).

IMP. ITERVM. (ou III).

Explicação acima.

IMP. V. (ou II).

A mesma significação acima.

ELN. CVR. X. FL.

Lentulus Curator Denariorum Flandorum. — Antes da criação do triúnviro monetário, havia um individuo encarregado de fiscalizar a fabricação da moeda, como se observa em um exemplar da família Cornélia, onde Léntulo (nome de um dos ramos da família Cornélia, de Roma), indica êste cargo: *Len. cvr. x. fl.* (Lentulus curator Denariorum Flandorum).

M. M.

Mater Magnae.

M. S.

Mater Senatus.

P. P.

Pater Patriae. — Título decretado pelo Senado, indicando o reconhecimento do povo ao imperante justo.

Com a decadência da rigidez romana, o título foi conferido indistintamente, o mesmo acontecendo aos demais títulos: P. S. — Pater Senatus; P. C. — Pater Castrorum; M. M. — Mater Magnae que Faustina II reservou para si; M. P. — Mater Patriae; M. S. — Mater Senatus; M. C. — Mater Castrorum, título que foi usado por Júlia Domna.

P. R.

(Ou *Praet*) Praetor. — Era o segundo grau da magistratura civil, criado no ano 388 de Roma. Os pretores, quando substituíam os cônsules, gozavam de tôdas as suas honras. Usavam por insígnia especial uma balança, como se observa em muitas moedas consulares, a toga, a cadeira curul, a espada, a lança e eram precedidos em Roma por dois lictores e nas províncias por seis, por serem aí investidos do “imperium” militar. As atribuições dos pretores foram mais tarde restringidas e no Baixo Império o “profectus urbi” substituiu em Roma o pretor.

PR. PER. ou PEREGR.

Praetor Peregrinus. — Este cargo foi criado no ano 510 de Roma, com o encargo de administrar justiça aos estrangeiros.

PRAET. TVTEL

Praetor Tutelaris. — O pretor encarregado especialmente da tutela dos órfãos e dementes.

PR. HASTAR

Praetor Hastarius. — O que julgava e sentenciava as questões surgidas entre o fisco e os particulares.

PR. VRB.

Praetor Urbanus. — O que tinha jurisdição entre os cidadãos, cargo dos mais considerados.

PRINC. IVVENT.

Princeps Juventutis. — Os romanos davam ao exército, o nome genérico de “juventus”.

P. S.

Pater Senatus — veja P. P. (Pater Patriae).

P. C.

Pater Castrorum — veja P. P. (Pater Patriae).

P. M.

(Ou *Pont. max*). — Pontifex Maximus. — Dignidade instituída por Numa, no ano 454 de Roma, conjuntamente com mais quatro e que formava o colégio dos sacerdotes romanos presidido pelo máximo.

S. C.

Senatus Consultus — Ver (*Ex-Senatus Consultus*).

TR. P.

Tribus Plebei (ou Plebis, ou Potestate). — No ano 262 de Roma, Júnio Bruto, chefe popular, obteve do Senado a eleição dos tribunos do povo, escolhidos pelos plebeus entre si, para defender os direitos e interesses das classes pobres, contra o poder opressivo da aristocracia patricia. Esta magistratura era investida de grandes imunidades e rodeada de muita consideração, o que a torna-

va muito ambicionada. O povo romano deu por aclamação o tribunado vitalício a César, depois da batalha de Farsália e o Senado conferiu a sua perpetuidade a Augusto, em 731 da era de Roma.

TR. P. II

Tribuno Plebei (II anos ou IV anos).

VII. VIR. EPVL.

Septemviri Epulones. — Titulo que distinguia os membros de uma das quatro grandes corporações religiosas de Roma. O seu principal mister era preparar o suntuoso banquete, chamado "lectisternium" oferecido aos deuses nas grandes solenidades públicas.

XVI

IMPÉRIO ROMANO.

Medalhões — Contorneados — Tésseas — Moedas de consagração — Globulares — Restituídas — Forradas — Dentadas — Legionárias — Escudeladas.

MEDALHÕES.

Os medalhões começam com o reinado de Trajano. Os de ouro se multiplicam somente sob os imperadores do III século e segundo a judiciosa observação de Eckel, seus tipos têm raramente um caráter histórico que se possa referir a um acontecimento preciso, razão pela qual eles diferem completamente de nossas medalhas comemorativas.

Os tipos das moedas correntes dos mesmos imperadores eram em geral muito mais históricos; sobre estas é que punham as alusões aos fatos cuja memória se queria conservar sob forma numismática.

Importa, pois, estabelecer uma distinção entre os medalhões imperiais, segundo a matéria de que são formados, para a indagação de seu destino originário. Os medalhões de ouro e de prata, formam um grupo à parte, não tendo sempre um peso monetário exato, o que não surpreende, admitindo-se que não eram destinados a circular legalmente.

Lamprídio, historiador latino do século IV de nossa era, refere-se, quando comenta a vida de Alexandre Severo, que Heliogábalo, em uma de suas fantasias, mandara cunhar para distribuir a seus familiares, peças de ouro, sendo que algumas iam até duas libras. Subindo ao trono o seu austero sucessor, mandou-as fundir em proveito do tesouro, razão porque nenhum destes raros exemplares chegou até nós.

Segundo este exemplo e alguns outros vindo em apóio do destino destas peças, pode-se julgar que os medalhões de ouro e de prata, eram fabricados especialmente para serem distribuídos às personagens de maior distinção nos *donativa* militares e em outras ocasiões de liberalidades públicas, presentes oficiais, tais como os que tinham lugar nas calendas de janeiro ou nas Saturnais. Pode-se mesmo afirmar que os medalhões de ouro, eram provável-

mente dados como presente pelos imperadores e os de prata pelos cônsules quando assumiam as suas funções.

Que houve uma regra fixa dêste gênero para a distinção do emprêgo dos dois medalhões nas munificências oficiais, está positivamente pelo preceito relativo a natureza das *missilia*, isto é, pequenas peças que se atirava ao povo nas pompas solenes. Justiniano o repete ainda nestes têrmos, no seu Código:

“Só a autoridade imperial tem o privilégio de espalhar ouro sôbre o povo, porque é da sua função desprezar a mais alta forma de riqueza. Quanto à prata, que é depois do ouro o que há de mais precioso, podem com ela os cônsules usar das suas liberalidades”.

Os medalhões de ouro eram muitas vêzes usados no pescoço como insígnias do favor imperial; são êles encontrados freqüentemente ainda com a argola que servia para suspendê-los, cercados de ricos engastes de ouro que passavam a ser jóias de grande luxo. Era sob esta forma que êles deviam ser geralmente dados, sobretudo a partir de certa época. Com efeito, a adição da argola é constante nas medalhas dos imperadores posteriores a Constantino, ao mesmo tempo que êstes medalhões atingem comumente a dimensões e pesos desconhecidos em épocas mais antigas.

Os medalhões de bronze se distinguem das moedas do mesmo metal por um caráter absolutamente preciso e certo, que não permite conservar dúvidas sôbre a sua natureza não monetária; é a ausência das letras “S C” (*Senatus Consulto*). A presença destas letras, era com efeito, de uma rigorosa necessidade sôbre a moeda de cobre para lhe dar livre circulação em todo o Império. Como se sabe, estas letras eram a marca indispensável da autoridade do Senado, ao qual Augusto dera a direção, inspeção e responsabilidade da moedagem dêste metal.

De Roma o uso dos medalhões de bronze não monetários, passou às províncias orientais na época de Adriano. Foi depois do reinado dêste príncipe, até o fim do III século, que apareceram os grandes medalhões idênticos aos de cunho romano e sempre de bronze com as efígies dos imperadores, emitidos pelas cidades da Ásia Menor e da Trácia, por ocasião dos jogos periódicos e solenes que era tão do agrado dos gregos e com os quais êles se consolavam da liberdade perdida.

Qual era a intenção com que eram fabricados os medalhões de bronze, para que tivessem podido servir como presentes imperiais ou consulares, como os medalhões de ouro e de prata?

O juízo mais aceitável sôbre a origem e destino da maior parte dos medalhões de bronze e o que parece melhor fundado, é o de Eckel:

“Não creio enganar-me, atribuindo sua fabricação a seguinte origem: êstes medalhões, devem-se a autoridade do Senado quando apresentava votos públicos pelo imperador, em circunstâncias como as de uma chegada (*adventus*), uma partida (*profectio*), um triunfo ou então em todos os anos nas calendas de janeiro ou ainda em alguma solenidade religiosa.

Emitidos nestas circunstâncias e acessíveis ao público para que dêstes acontecimentos conservasse a lembrança, é explicável o cuidado especial com que tais peças eram trabalhadas. Fácilmente se compreende porque elas são de bronze, pois que, o Senado só podia utilizar de direito êste metal e porque a marca S C neles foi suprimida, para impedir sua confusão com as moedas”.

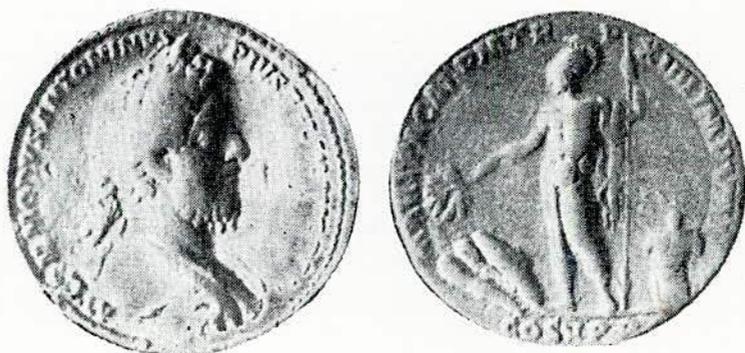


Fig. 61. — Medalhões romanos.

1. — CÔMODO (Lúcio Marco Aelio Antonino Aurélio). — Imperador romano, filho de Marco Aurélio e de Faustina, nasceu em Lanuvium em 161 e morreu em Roma em 192 da nossa era.

Medalhão de bronze. M. COMMVDVS ANOTONINVS PIVS. FELIX. AUG. BRIT. Busto laureado à direita.

R/ Março (lat. *martius*, de Marte, deus da guerra) despido: por terra à direita, uma couraça e à esquerda, três escudos.

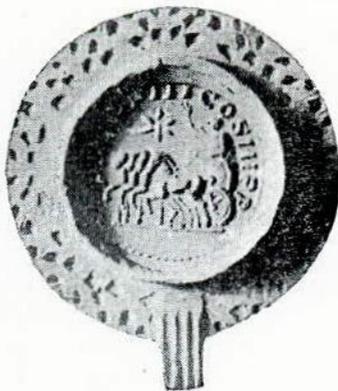
38 mm., pesando 61 grs.



2. --- Idem, de bronze. L. LAUREL. COMMODVS AVGVSTVS. GERM. SARM. TR.
P. III. Busto muito jovem, laureado, à direita.

R/ Cômodo de pé, sacrificando; muitos personagens, um tocador de flauta e um touro. No segundo plano, um templo.

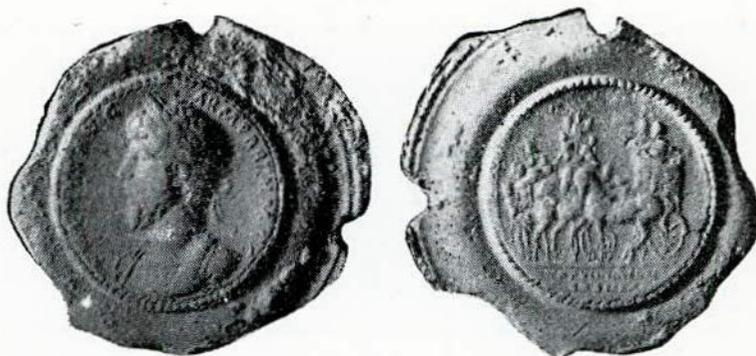
38 mm., pesando 51 grs.



3. — HELIOGÁBALO ou ELAGÁBALO, Vário Avito Bassiano, aclamado pelos soldados sob o nome de Marco Aurélio Antonino. Imperador romano, nasceu em 204 e morreu em Roma em 222.

Medalhão de ouro. IMP. ANTONINVS PIVS AVGVSTVS. Busto laureado à direita, com couraça.

R/ Hel'ogábalO numa quadriga a passo, à esquerda, tendo nas mãos um ramo e um cetro; no campo, uma estrêla. Peça raríssima.



4. — LUCIUS VERUS (Lucius Aurelius Verus, irmão adotivo de Marco Aurélio, 161-169).

Medalhão de bronze. L. VERVS AUG ARM PARTH MAX. Busto laureado à esquerda, com couraça.

R/ Marco Aurélio e Lúcio Verus numa quadriga, à esquerda; na frente da quadriga, um soldado com uma insígnia militar e no segundo plano, um troféu.

Numa moldura de bronze quebrada, esta peça deveria ter servido como ornamento de uma insígnia militar. Extremamente rara.

39/65 mm., pesando 87,60 grs.

MEDALHÕES CONTORNEADOS.

São conhecidas com o nome de *medalhões contorneados*, as medalhas planas de cobre, cuja cor e liga variam, de um lavor particular, imperfeito quase sempre no estilo, cujos tipos têm em geral pouco relêvo. O seu módulo é pouco mais ou menos igual aos dos medalhões de bronze imperiais, mas o seu pêso é inferior, tendo a chapa menor espessura. Nota-se em quase todos êles nas duas faces, um círculo perfeitamente regular em incavo, feito ao tórno; às vêzes também as orlas da borda são um pouco salientes, de modo a evitar o atrito dos tipos em relêvo. O círculo assim praticado a que estas peças devem o seu nome (do italiano *contorno*), não lhes é exclusivamente próprio; são encontrados também sôbre alguns medalhões pròpriamente ditos dos imperadores posteriores a Constantino. Mas o que distingue claramente as *contorneadas*, é que em sua imensa maioria, em vez de serem cunhadas, elas são fundidas, com ou sem retoque de buril.

Um dos lados é ocupado ordinariamente por uma cabeça ou um busto e a maior parte dos assuntos figurados sôbre o reverso, se referem aos jogos de circo ou de anfiteatro; alguns são tirados das tradições mitológicas, havendo dêste gênero exemplares bastantes curiosos, outros enfim, reproduzem com maior ou menor fidelida-

de e freqüentemente de um modo servil, tipos copiados das antigas moedas imperiais. As cabeças do anverso são muito variadas, ora vê-se as faces dos primeiros imperadores, ora dos príncipes do Baixo-Império, de Alexandre-o-Grande, homens célebres, oradores, poetas, filósofos da Grécia e de Roma; outras vêzes, bustos de amigos ou *agitadores* do circo, tendo o seu cavalo seguro pelas rédeas, ou então máscaras cênicas figuram no anverso das *contorneadas*.

As cabeças das divindades são muito raras sôbre estas peças; aí aparecem apenas as de Júpiter Serapis, de Minerva, de Mercúrio, o deus da palestra, do Sol, de Roma e de Hércules.

E' incontestavelmente nos tempos do Baixo-Império que foram feitas as *contorneadas*. Algumas, as mais antigas, remontam aos tempos de Constantino e de seu filho e o maior número está compreendido entre os reinados de Valens e o de Artêmio. Tôdas são de fabricação ocidental, mesmo aquelas cujas inscrições são em grego. Nenhuma apresenta a cabeça de um dos imperadores que reinaram sômente no Oriente; nenhuma oferece no seu trabalho, os caracteres de estilo que distinguiam já de uma maneira certa no IV e no V séculos, a arte de Bizâncio, da dos países latinos. Ao mesmo tempo é impossível desconhecer a relação estreita que existe entre as *contorneadas* e os jogos e espetáculos de circo, os quais ocupavam um tão grande lugar na vida dos romanos, nos séculos em que tais peças foram fabricadas. Aí está a grande maioria dos tipos dos seus reversos para o atestarem; são ora vistas do Circus Maximus de Roma, ora cenas tiradas das corridas de cavalos e de carros e cujas diversas funções dividiam a população e tinham tomado a importância de partidos políticos, das lutas de atletas, dos combates dos bestiários contra os animais, da ligeireza de mãos na luta a pau e dos concursos musicais. Em outros casos e com freqüência, são os retratos dos favoritos das corridas, cavalos ou cocheiros com os seus nomes impressos nas duas faces da peça. Os próprios tipos mitológicos, aí são freqüentemente alusivos à fundação dos jogos mais célebres.

E' como protetores e fatôres dos prazeres do circo que os antigos imperadores têm suas efígies nestas peças. Faz-se público desta maneira, o empêño que êles tinham em proporcionar ao povo diversões tão queridas. Duas cabeças sobretudo, aparecem habitualmente: a de Nero e a de Trajano, associação extravagante em uma popularidade póstuma do mais odioso dos monstros e do melhor imperador que tenham exercido o poder, mas que se explica por ter o primeiro instituído os Jogos Quinquenses e o segundo aumentado consideravelmente o Circo.

E' preciso não esquecer, aliás, que a memória de Nero, não despertava no povo de Roma o sentimento de execração que seria

legítimo. Ao contrário, êle era muito popular, sobretudo entre a gente que vivia no Circo e do anfiteatro e se apaixonara por seus espetáculos. O imperador era o que mais se interessara pelo esplendor dos jogos e o primeiro que neles tomou parte como ator.

Os *medalhões contorneados* foram, pois, fabricados por ocasião dos jogos do Circo. Não são evidentemente moedas, nem também medalhas comemorativas como as que mandam cunhar os governos. Não procedem de nenhuma autoridade pública e trazem todos os caracteres de fabricações privadas.

John Pinkerton, ilustre geógrafo, historiador e numismata escocês, autor de um *Ensaio sobre as medalhas*, emitiu a conjectura de que os *contorneados* teriam sido *tésseras*, bilhetes distribuídos para darem ingresso ao Circo. Esta interpretação parece admissível para uma pequena parte dêles; tais são os que foram copiados das antigas moedas e que podiam apenas servir como uma espécie de *jeton*. Entretanto, é preciso notar que, sobre os *contorneados*, não se encontram nunca algarismos indicadores de tal ou tal "cavea", de tal ou tal fila de localidades, como sobre as verdadeiras *tésseras* teatrais ou agonais. Pelo contrário, êstes algarismos não faltam em nenhum exemplo conhecido sobre os monumentos desta última espécie, e, com efeito, indicações de lugares eram necessárias sobre os bilhetes que davam entrada no teatro, no Circo e no anfiteatro. Dificilmente concordaria a teoria de Pinkerton, com a saudação "vincas", em grego "nika", dirigida freqüentemente nas legendas dos *contorneados*, a tal ou tal dos favoritos, cavalos ou cocheiros, cujas imagens aparecem algumas vêzes com a indicação de sua função.

Outros numismatas, tem-nos como prêmios conferidos aos vencedores e outros ainda os consideram como amuletos. Como *tésseras os aenhas de ingresso*, eram muito ricos: como prêmios aos vencedores, eram certamente pobres. Aos vencedores dos jogos, davam-se outras coisas. Como amuletos, entende Ambrosoli, deveriam ter tido outra representação e outra forma e talvez fôsem mesmo os *contorneados* peças destinadas a jogos que não chegaram a nossa memória, acrescentando:

"talvez tivessem sido os predecessores das nossas cartas de jogar".

Lenormant, atribui um caráter de amuleto ou talismã a estas peças, apontando uma série de circunstâncias e argumentos em defesa de sua opinião. Assim, diz êle, por exemplo, que a cabeça que mais freqüentemente aparece, é a de Alexandre Magno. Ora, pelo que dizem textos absolutamente claros, as moedas e medalhas com a effigie de Alexandre, eram consideradas como talismãs infalíveis

para dar felicidade. A escolha da maior parte dos assuntos mitológicos figurados nos reversos dos *contorneados*, é bastante notável sob o mesmo ponto de vista, o mesmo se dando em relação aos escritores cujas effigies representadas sobre os medalhões, deram origem às mais variadas lendas supersticiosas.

A época do Baixo-Império, a qual se atribui o aparecimento dos *medalhões contorneados*, foi particularmente assinalada por um desenvolvimneto enorme das superstições mágicas e talismânicas, ao mesmo tempo que a paixão pelas corridas do Circo, atingia o seu mais alto grau de ardor. O paganismo moribundo mudava-se em teurgia, ou a arte de fazer milagres. As imagens dos *clvuses*, as representações mitológicas, eram tidas como dotadas de um poder misterioso; faziam dêles talismãs que muitos cristãos chegavam a trazer, apesar das condenações dos padres da Igreja contra estas práticas. A superstição mágica se misturava a todos os atos da vida. Nas lutas do Circo, cada uma das fações estava persuadida que a outra empregava sortilégios para que fôssem mal sucedidos os seus corredores.

Era a grande acusação que êles lançavam aos adversários. Os *contorneados* são o testemunho material, o monumento destas crenças e alusões. A maior parte de seus tipos eram destinados a dar felicidade, como verdadeiros talismãs, aos cavalos e aos cocheiros de tal ou qual fação, em favor dos quais estas peças traziam aclamações propícias com os bons votos de vitória. Seriam talvez vendidos ou distribuídos em honra dos favoritos na porta do Circo, aos seus partidários. Os simpatizantes do partido verde ou azul, muniam-se do medalhão do seu corredor, como de um talismã destinado a desfazer o efeito maléfico e as imprecações funestas.

Sabe-se com que ardor os próprios imperadores escolhiam o partido azul ou verde, imiscuindo-se públicamente em uma das fações do Circo e sustentando-a com a sua ativa proteção. Nessas condições, parece evidente que os *contorneados* nos quais se vê o retrato do imperador reinante, deviam pertencer a fação pela qual êle se tinha declarado. E o partido contrário, que não podia se ornar com a effigie do senhor do poder, recorria às effigies dos imperadores de outrora, protetores do Circo, como Augusto, Nero e Trajano. Era-lhe necessário procurar no passado os patronos que viessem contrabalançar o patrono vivo do partido oposto.

Os *medalhões contorneados*, embora nada tenham a ver com a moeda e portanto com a Numismática pròpriamente dita, formam por antigo uso, um complemento da coleção romana.

Fig. 62. — Medalhões contorneados.



1. — NERO. Cabeça laureada à d' direita. R/ Sem legenda. Três homens de pé; o da esquerda, enche um saco com trigo; o do centro, acomoda o trigo e o da direita afasta-se, levando às costas um saco cheio do mesmo cereal. 38 mm., pesando 26,50 grs.



2. — TRAJANO. Busto laureado à direita. R/ A rainha Hipsipile, carrega uma criança; a seus pés, Ofeltes ou Arquemoro se defende contra duas serpentes (42). 38 mm. rara.

(42). — *Hipsipile* (mit. grega). Filha de Toas, rei de Lemnos. Por ocasião da matança geral dos lêmnicos pelas mulheres, salvou seu pai e ajudou-o a fugir para a ilha de Quios. Jasão, abordando Lemnos, apaixonou-se por Hipsipile e teve dela dois filhos. As mulheres de Lemnos venderam-na depois como escrava a Licurgo, rei de Nemeia. Este príncipe tomou-a para ama de seu filho Ofeltes. Os sete chefes que s'tiaram Tebas, atravessando a floresta de Nemeia, encontraram Hipsipile, a quem pediram que lhes indicasse uma nascente; ela conduziu-os a uma fonte próxima, mas durante a sua curta ausência, uma serpente mordeu a criança que morreu. Licurgo queria fazer-lhe pagar com a vida a sua negligência, mas Adrasto interveio e salvou-a. Em memória da criança mordida pela serpente, os sete chefes fundaram os jogos Nemeenses.

TÉSSERAS.

Tésseras eram peças de bronze, estanho, marfim, madeira ou mesmo de osso, que serviam de senha entre os romanos.

Serviam também de bilhete de entrada nos teatros, de tentos para participar das distribuições de trigo, de pão, de toucinho, etc. Os juizes serviam-se de *tésseras* para votar. Entre os primeiros cristãos, eram empregados freqüentemente como sinal de reunião durante as perseguições.

As *tésseras*, quase sempre, registravam na sua face principal fatos particulares, retratos dos imperadores, homens notáveis, etc. e no reverso, ao contrário dos medalhões contorneados que não tinham indicação numérica, apresentavam dentro de uma corôa de louro um número.

Vejamos como se denominavam as *tésseras* e quais as suas finalidades:

Téssera frumentária, congiária ou numária. Era uma espécie de ordem de pagamento que em certas ocasiões solenes, os magistrados davam ao povo ou aos pobres. Umas eram pagáveis em gêneros, como pão, trigo, etc. e outras equivaliam, conforme a cifra, à determinada quantia em dinheiro. Muitas vêzes o imperador nas grandes festas, atirava *tésseras* à multidão, no que era acompanhado pelos nobres e neste caso, chamavam-se também *missília*.

Tésseras teatrais eram peças que indicavam a data e o lugar destinado ao espectador. Eram marcadas com a efígie do imperador ou com o nome dos côsules, ornadas de uma máscara teatral. A *téssera* que dava direito a um lugar no teatro nos lugares mais elevados, tinha a forma de uma pomba e daí proveio o chamar-se *piccionaia* (pombal) na Itália e “galinheiro” em Portugal e na França, à parte dos teatros correntemente conhecida por “galeria”.

Tésseras spintriannas. Há um grupo de peças conhecidas por este nome que, representando o mesmo número, tem do outro lado assuntos obscenos; alguns numismatas julgam serem originais da ilha de Capri e mandadas cunhar por Tibério, quando ali se entregava a tôdas às loucuras; outros acham que eram sátiras dos romanos ridicularizando o imperador ou senhas para assistir espetáculos livres.

Tésseras imperiais eram pequenos bronzes com o retrato de um imperador, imperatriz ou Augusto.

Tésseras mitológicas, quase tôdas de bronze, representando a cabeça de uma divindade.

Téssera lusória, de marfim, osso ou madeira, de diversas formas e tamanhos, patenteando os jogos; algumas com os números marcados, destinavam-se ao jôgo de dados, etc.

Téssera hospitalis, símbolo da hospitalidade e afeição; consistia em uma espécie de senha com caracteres ou sinais gravados e que o dono da casa partia, oferecendo ao hóspede metade, para no futuro reunindo-as, se reconhecerem. Quando as leis da hospitalidade eram violadas, dizia-se *tesseram constringere*.

Téssera gladiatores, espécie de prêmio dado aos gladiadores comemorando as suas vitórias; parece que eram usadas suspensas no pescoço e tinham gravados os nomes do gladiador e do cônsul.

Tésseras convivalis, que se enviavam aos amigos convidando-os para qualquer refeição.

Tésseras comitalis, as que serviam para marcar a ordem em que deviam falar os oradores nos comícios, etc.

Tito Lívio, Virgílio e Políbio, designam a *téssera militaris*, como pequena taboleta de madeira, quadrada, onde se escrevia a palavra de ordem que devia ser reconhecida pelas sentinelas nos acompanhamentos e que era levada pelos *tessararius*.

Tésseras comemorativas, também conhecidas por medalhões contorneados. O grande módulo desta peça e a fabricação especial para que era destinada, faz com que seja classificada em grupo separado.

Sebatier, na sua magnífica obra publicada em 1860, *Description générale des médaillons contorniates*, tratou dêste assunto com o maior desenvolvimento. Êstes exemplares eram cunhados depois da morte do personagem a que se referiam e daí chamarem-se *comemorativas*.

Fig. 63. — Tipos de Tésseras.



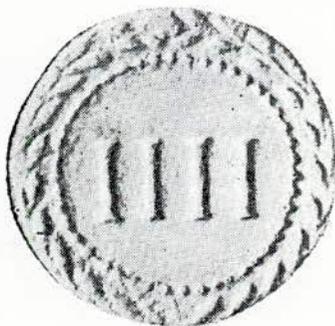
1. — AUGUSTUS. Cabeça laureada à direita. R/ III dentro de uma corôa.



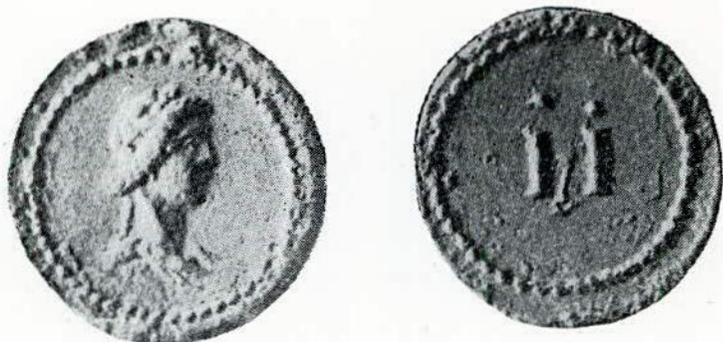
2. — AUGUSTUS. Cabeça laureada à esquerda. R/ XIII dentro de uma corôa.



3. — JÚLIA (filha de Augustus). Cabeça à esquerda. R/ I num círculo de pontos.



4. — TIBERIUS. Busto com armadura à direita. R/ III num círculo de pontos.



5. — TIBERIUS. Cabeça laureada à esquerda, tendo no campo um *lituo*, que era um cajado em figura de báculo dos Augures e Pontífices. Nas medalhas, principalmente imperiais, costumava-se colocar esta insignia ao lado da cabeça do Imperador, demonstrando o sumo Pontificado, porque éle era o chefe de todos.



6. — DRUSILLA (irmã de Calígula). Busto à direita num círculo de pontos. R/ IIII, num círculo idêntico.

MOEDAS DE CONSAGRAÇÃO.

A *consagração* é um rito litúrgico pelo qual se oferece ao serviço de Deus, uma pessoa ou coisa.

Os gregos comparavam seus heróis aos deuses e os romanos seguindo a mesma prática, davam a essa cerimônia que os deificava, o nome de *consecratio*.

Alexandre-o-Grande pretendia ser tomado por Júpiter Amon; Lívia por Juno; Nero por Apolo e Júlia, filha de Augusto, por Vênus. A contar de Júlio César é que os romanos começaram a colocar no catálogo dos deuses, seus mortos ilustres, com exceção de Rômulo, por ser o fundador de Roma.

Em Numismática, denominam-se *moedas de consagração* as moedas cunhadas por ocasião da cerimônia da passagem do imperador defunto ou da finada Augusta para o número dos deuses. Estas moedas eram cunhadas naturalmente, pelos sucessores ou pelos viúvos.

Tipos. A efígie da pessoa deificada é acompanhada de acessórios, segundo as épocas. A de Júlio César é ornada de raios, com uma estrêla sobreposta; a de Augusto por uma corôa radiada. As princesas imperiais, não têm nenhum caráter especial; Júlia, filha de Augusto, tem uma corôa de espigas como César; Sabina, as duas Faustinas, Júlia Moesa e Mariniana, estão cobertas com um véu.

No reverso, vemos uma águia pousada sôbre um globo, no raio ou com as asas abertas, voando só, ou levando a alma do morto; a pira acesa, o altar, o carro "carpentum" conduzido por elefantes ou puxado por dois cavalos para as mulheres e por quatro cavalos para os homens, significando a sua entrada no céu, vendo-se por cima, saindo das nuvens, u'a mão como recebendo-o na Eternidade; uma Fênix, emblema da imortalidade, o "lectisternium" de Juno e um templo.

Nas moedas das princesas a águia é algumas vêzes substituída pelo pavão, ave de Juno.

Legenda. Estas moedas trazem no anverso as palavras *divo*, *pater*, *mater*, etc. e mais raramente *aeternae memoriae* ou *arternitati*, acompanhadas pelo nome da divindade.

No reverso, a legenda *consecratio*.

As expressões *memoriae felici*, *memoriae aeternoæ*, encontram-se por vêzes em volta do altar e nas moedas das mulheres, lê-se *aeternitas* e *sideribus recepta*.

A apoteose dos imperadores e das famílias, era decretada pelo Senado e nas legendas das moedas, encontramos algumas vêzes a nota EX.C.S. (Ex Senatus-Consultus).

As *moedas de consagração* quase acabaram com o paganismo; algumas que apareceram depois de Constantino, são julgadas como honras fúnebres autorizadas pela religião cristã.

O tipo destas moedas raramente são encontrados nos medalhões.



Fig. 64. — Tipo da moeda de consagração.
DIVO/AVGVSTO/S.P.Q.R.

MOEDAS GLOBULARES.

Pelo meado do século XII, as moedas de ouro apresentam um pequeno diâmetro e uma grande espessura e daí serem denominadas “moedas globulares”.

MOEDAS DE RESTITUIÇÃO.

De quando em quando, por ocasião especial de festas ou comemoração histórica, eram recunhadas antigas moedas e o imperador que ordenara o recunho, acrescentava seu próprio nome seguido da abreviação *rest.* ou mais raramente da palavra completa *restitvit.*

Tito inaugurou esta série recunhando alguns bronzes de Augusto, Tibério e Germânico; outros recunharam Domiciano e Nerva e com êste último imperador, terminou a breve série de moedas chamadas de “restituição” em bronze.

Trajano, quando decretou a recunhagem de todos os denários republicanos que ainda perduravam na circulação, recunhou um certo número de moedas de prata e de ouro que conservassem a sua memória e fabricou na mesma ocasião áureos e denários de alguns dos imperadores que o precederam.

MOEDAS FORRADAS.

Existe certo número de moedas romanas de cobre, ferro e chumbo, forradas ou revestidas com fina lâmina de prata ou de ouro, fabricadas com tal perfeição que, quando em bom estado de conservação, ninguém dirá sejam feitas de metal inferior.

Antigamente essas moedas foram consideradas falsas, isto por que seus tipos quase sempre forrados, teriam aparecido no fim do século VII de Roma, numa época em que as crises políticas foram das mais violentas. Nos tempos modernos, entretanto, alguns numismatas admitem serem elas verdadeiras, tendo sido cunhadas pelos governos em ocasiões críticas.

Se é difícil resolver esta questão depois de tantos séculos, não deixam todavia de serem bastante curiosas estas moedas e dignas são elas de figurarem nas coleções.

MOEDAS DENTADAS.

Moedas dentadas são aquelas que apresentam o seu bordo com pequenos dentes, isto é, em forma de serra.

Está ainda para ser averiguado, as razões que levaram os romanos a empregar este sistema nas suas moedas. Seria para evitar a falsificação? Não parece plausível, pois se encontram muitos denários forrados e denteados ao mesmo tempo, da maior perfeição, feitos de um único disco de prata pura. Grande número de moedas das famílias Pápia, Róscia, Crepércia, etc., se apresentam com os exemplares dentados.

Eckhel atribui o aparecimento destas moedas ao período entre os anos de 564 até 455 de Roma (190-99 a. C.). Borghesi opina pelos primeiros anos do século VII de Roma, terminando antes de Sila. Cavedoni, apoiando-se na descoberta de depósitos de moedas antigas, mostra-se de acôrdo com Borghesi, estendendo, porém, seu uso até fins do século VII.

MOEDAS LEGIONÁRIAS.

Eram as moedas cunhadas pelos capitães para as suas legiões. Marco Antônio introduziu-as para lisongear o amor próprio de seus soldados, no que foi imitado por Clódio Macro, Septímio Severo, Galiano, Vitorino e Caráusio.

Foram de prata e bronze e no tipo figuravam as insígnias militares e o número da legião.

MOEDAS ESCUDELADAS.

No século XI de Roma as moedas cunhadas nos três metais, apresentavam um aspecto especial; eram de espessura muito fina, um tanto côncavas, de onde lhe adveio o nome de *escudeladas*. Foi a época em que o metal da moedagem chegou ao último grau de decadência.

CONTRA-MARCA NAS MOEDAS ROMANAS.

Vespasiano foi o único imperador que pôs contra-marcas nas peças de prata consulares. Estas marcas são muito variadas em figuras e monogramas na moedagem grega e na romana, apenas apresentam letras e raras vêzes uma corôa. Parece que estas marcas foram postas nas moedas depois de estarem as mesmas em circulação, pois apresentam em vários pontos do cunho as contra-marcas sem uniformidade de posição e o relêvo apagado pela pressão ou pancada que o trabalho exigia.

Aqui também permanece a dúvida, não se sabendo porque a colocação dessa contra-marca; seria para elevar o valor? Seriam êles privativos de certas cidades por ser a emissão muito limitada? Ou seria para evitar a falsificação?

Pelos monogramas se conhecem a autoridade do imperante, do Senado ou do povo que as mandaram fazer, presididas pelos respectivos magistrados nas cidades gregas, pelos tribunos em Roma e decuriões nas colônias.



Fig. 65. — Tipo de moedas romanas com as iniciais S.P.Q.R., monograma do Senado.

Exemplos: IMP.AVG. — T.I.AV. — TIB.IMP. — CAES-IMP.VES. etc., monogramas êstes pertencentes aos imperadores.

S.P.Q.R. monograma do Senado; P.R. do povo romano; D.D. (Decreto Decuriorum) nas colônias ou NCAPR, que os numismatas interpretam por *nummus cusus auctoritate populi romani*, etc.

DATA.

A data não figura sôbre as moedas imperiais; algumas vêzes, pode ser deduzida de indicações indiretas, mas precisas, que venham na própria moeda. Nos primeiros séculos, a data está indicada pelo número do Consulado e pela *Tribunitia Potestate*.

O Consulado não era conferido com regularidade, embora seja conhecida a seqüência dos fastos consulares durante todo o Império.

A *Tribunitia Potestate* era conferida regularmente uma vez ao ano e a sua indicação seguida de um número de ordem, serve para contar os anos de reinado.

Assim, se encontrarmos por exemplo, uma moeda de Cômodo com a indicação TRPXI COSV e sabendo-se que a *Tribunitia Potestate* lhe foi conferida pela primeira vez no ano 176, concluiremos que o XI deverá cair no ano 186, o qual corresponde exatamente ao seu V ano de Consulado.

Sòmente no VI século, começando com Justiniano, começaram a ser inscritas sôbre as moedas de bronze, os anos de reinado o que em muito veio facilitar o conhecimento do ano da cunhagem da moeda. Até aí, as moedas romanas não traziam a data direta, só se conhecendo três exceções; uma de Adriano (bronze), na qual se lê: ANN DCCCLXXIII NAT VRB P CIR CON, ou seja, ANNO 874 *natalis urbis primum circenses constituit*; outra moeda de Filipe, pai, com a legenda: *miliarivm saecvlvm*, que recorda o milenário de Roma e a terceira de prata, de Praciano, trazendo a data: AN MIL ET PRIMO.

XVII

PERÍODOS DA HISTÓRIA DA MOEDA BIZANTINA.

Moedas de ouro, prata e bronze. Moedas de cobre do Egito.

IMPÉRIO BIZANTINO.

Conhecido também por Baixo Império, Império Grego, Bizantino, etc. A separação desta parte do Grande Império Romano, começou-se a fazer em 364, entre Valens e Valentiniano I, realizando-se a sua independência como Estado, por morte de Teodósio-o-Grande, a 17 de janeiro de 395 e acabou pela conquista de Constantinopla, por Maomé II, a 24 de março de 1453.

Assim, a separação das moedas de Roma, desde Augusto até Honório e Arcádio, e destes até os últimos imperadores de Constantinopla, tornou-se uma necessidade.

A história metálica desta série, em que governaram sós ou conjuntamente noventa e um imperadores, é interessantíssima. O principal valor científico da moeda bizantina é o das datas e das legendas. Há, porém, muito ainda a resolver pelo estudo destas moedas pertencentes aos reinados em que a vaidade, o luxo e a tirania religiosa e profana, notoriamente predominaram.

Na realidade, o sistema monetário usado no Império Bizantino, não se apresenta claro. Também não é para admirar se pensarmos que esse Império, colocado na extrema fronteira da Europa, nos confins da barbárie asiática, teve uma história de mais de mil anos de existência.

Assim, não havendo a necessária clareza na exposição da série, poucos têm sido os autores que se dedicam a este estudo e daí, serem mais comuns as monografias e mais raros os estudos do conjunto.

A série bizantina oferece toda a complexidade que apresenta a história de Bizâncio, sua cultura, sua língua, sua religião e sua arte, sem que com isso se pretenda seguir a corrente do século passado que depreciava tudo quanto se referisse ao Império do Oriente. Entretanto, pelas dificuldades que apresenta, esta série monetária é de grande interesse para os estudiosos.

Desde o seu comêço, até ao ano de 534, o Império do Oriente conservou-se como no tempo dos romanos; as suas sessenta províncias, divididas em duas prefeituras — Ilíria Oriental e o Oriente pròpriamente dito. As conquistas de Justiniano I, adicionaram-lhe a África, a Numídia, as três Mauritânias, grande parte da Espanha, conhecida por Espanha Cartaginesa, a Bética, a Lusitânia, a Galícia e tôda a Itália. Pouco a pouco foram-se apoderando da Ásia Menor, com as duas Armênias.

De 569 a 590 limitou-se o domínio bizantino na Itália aos governos de Ravena e Pentápole, formado pelas cidades de Rimini, Pesaro, Fano, Sinigaglia e Ancona; os ducados de Gênova, Mântua, Roma, Nápoles, as duas Calábrias, a Sicília, a Sardenha e a Córsega.

Em 624 os visigodos apoderaram-se das possessões espanholas; em 636, perderam a Síria e a Mesopotâmia; o Egito em 640; a África, de 670 a 707; a margem esquerda do Danúbio, de 623 a 641; Roma, em 728 e Ravena, em 752.

O poder dos seljúquidas apenas deixou aos bizantinos as duas províncias ocidentais da Ásia Menor: Heracléia e Selêucia, com Paflagônia e a Caldéia. A tomada de Constantinopla pelos Cruzados, a 12 de abril de 1204, obrigou a emigração dos imperadores para Nicéia e Tessalônica que, conseguindo depois expulsar os latinos, tornaram a estabelecer a 25 de julho de 1261 a sede do govêrno em Constantinopla.

O domínio dos imperadores bizantinos foi exercido com tal decadência que, quando teve lugar a conquista por Maomé II, estavam reduzidos à antiga capital, com alguns arrabaldes e parte da Moréia.

Este período marca a transição da cunhagem dos tipos monumentais da Grécia e do Alto Império, para a Idade Média.

A rigor, foi quando se constituiu o chamado Império do Oriente, depois da morte de Teodósio I-o-Grande, e a partir desta época é que se poderá falar em *moeda bizantina*.

O Baixo-Império foi praticamente monometalista. O padrão-ouro imperava. A moeda dêste metal, *sacra moneta*, teve grande transcendência em todo o mundo romano e mesmo fora dêle, bastando dizer que Constantino-o-Grande estabeleceu a pena de morte para o falsificador e Constâncio II mandou que os falsários fôssem queimados vivos.

Esforçou-se o Baixo-Império em manter o ouro com o tipo constante, isto é, com o módulo, tipo, toque e pêso de 72 em libra dado por Constantino, até se adotarem as moedas planas em lâminas finas, depois substituídas pelas moedas côncavas.

No tempo de Justiniano I todo o comércio do mundo então conhecido, fazia-se na maior parte com a moeda bizantina, quando esta chegou a ter aceitação universal.

O Império do Oriente conservou sempre o nome de *soldo* à sua moeda de ouro, enquanto a de prata variou muito desde Constantino-o-Grande, até o último Paleólogo.

PERÍODOS DA HISTÓRIA DA MOEDA BIZANTINA.

1.^o período. — E' o que vai de Arcádio até Anastácio, de 395 à 491. Neste século foram cunhadas moedas de ouro, prata e cobre.

Arcádio teve *soldos*, *semisses* e *trémises* (ouro); *siliquas* (prata) e moedas de cobre.

A esta época pertencem os áureos da imperatriz Eudóxia. Desde Constantino I-o-Grande, que havia estabelecido o soldo de 72 em libra, compreendendo 12 peças de prata, até Anastácio, o sistema era: 1 soldo de ouro se trocava por 12 miliarensis de prata ou 24 siliquas.

2.^o período. — Anastácio I sobe ao trono em 491. Desde êste ano até ao de 610, em que começa a reinar Heráclio I, se estende um período de pouco mais de um século (o VI) em que a moeda apresenta várias novidades.

Os tipos são, como no 1.^o período (século V), representados pela efígie do imperador, de perfil ou de frente, no anverso; no reverso, a figura da Vitória com uma cruz. Anastácio, porém, usa o tipo de frente e não de perfil, já então abandonado.

O sistema monetário compreende ainda o soldo, o semisse e o tremisse, tendo êste a preferência, sendo mesmo o característico dêste reinado. O *solidus aureus* dividia-se em 12 denários de 2 siliquas ou sejam 24 siliquas e foi como já vimos, o *bizâncio* da Idade Média. As grandes peças de cobre então aparecidas, obedeciam ao sistema seguinte:

Follis, peça de 40 núnias que apresentava no reverso a letra M ou XXXX; 1/2 *follis*, de 20 núnias com as letras K ou XX; 1/4 de *follis*, de 10 núnias ou *decanummius* com I ou X; 1/8 de *follis* de 5 núnias ou *pentanummius* com E ou V.

Heráclio I apresenta uma inovação nos tipos e na metrologia. Naqueles, a efígie imperial não se apresenta só, mas acompanhada de outra figura denominadas "príncipes imperiais".

Quanto aos sistemas, a moedagem de ouro continuou com o *soldo* antigo ou *áureo*, tendo aparecido um novo soldo chamado *heracléia*; o *semisses* e o *tremisses*. Na prata, a *miliarensis*, 1/58;

da libra, cunhado neste reinado e de Heráclio Constantino; a *meiamiliarensis*, 1/96 da libra. No cobre, o *folllis*, o 1/2 *folllis*, o 1/4 de *folllis* e o *decanummium*.

Os sucessores de Heráclio seguiram o mesmo sistema. Neste período, desde Anastácio até Leão III, podem-se distinguir duas épocas: a primeira, de Anastácio (491-518) a Maurício Tibério e Focas (582-610); Maurício Tibério conserva os mesmos tipos como seus antecessores. A segunda época, de Heráclio (610-641) até Leão III (717-741). Este período cronologicamente, compreende o visigodo.

3.º período. — Século VIII a XI. A terceira etapa da moeda bizantina vai desde meados do século VIII até princípios do XI.

Leão III é substituído por Constantino V Coprônimo (741-775). A partir deste momento o reverso das moedas, talvez por influência árabe, apresenta as legendas escritas em linhas horizontais, ocupando todo o campo da moeda, assim se mantendo durante muito tempo, até meados do século X.

Constantino V substitui a palavra *dominus* por *basileus* ou *despotes*, seguida de *romaion*, *pistos* (Fidelis), *eusebes* (Pius), *servus christi*, etc. As legendas são escritas em grego.

4.º período. — Este período se estende desde Constantino XI Porfirogêneta (1025-1028) até Aleixo V Ducas (1024), quando os Cruzados se apoderaram de Constantinopla.

Neste período a moeda experimenta sensíveis variações, com a chapa mais delgada, aumento do módulo, rebordo exterior, desaparecimento das legendas e alteração na lei da cunhagem dos metais, feita por Aleixo I Comneno (1081-1118).

* *
*

A parte da história bizantina que apresenta marcada influência na moeda espanhola, é a que corresponde ao período visigodo, isto é, os séculos V, VI, VII e VIII, quando na península hispânica repercutiu o poderio de Bizâncio chegado ao fastígio na sexta centúria, já pela imitação que do divisor do *aureo*, o *tremisses*, de Anastácio I, fizeram os gôdos de Espanha, já com o eco do esplendor de Heráclio I, quando com a fórmula *Deus adiuta romanis* destinada às grandes empresas religiosas, proporcionou em 624 a sua expulsão do solo hispânico. Quando no século XI, sob Constantino XI Porfirogêneta ou Aleixo Comneno, aparece a moeda *cifata*, a história monetária hispano-cristã se encontra debaixo de outras influên-

cias nascidas no mesmo lugar e ao desmembrarem-se os Império Bizantino e os de Constantinopla, Nicéia, Tessália e Trebizonda, nos princípios do século XIII ou ao formar-se em meados dêste século o segundo império grego que havia de durar debaixo dos Paleólogos, desde Miguel VIII até Constantino XIV em 1453, as relações e pontos de contacto hispano-bizantinos se circunscreveram aos reinos da Corôa de Aragão, que tão marcada atividade tiveram no Oriente.

As casas de moeda bizantinas mais próximas de Espanha, foram as de Cartago, Nápoles, Sicília e Alexandria, que começaram com Anastácio e terminaram com a tomada da cidade pelos árabes.

OURO.

A moeda de ouro bizantina, era o *solidus* (soldo, Chrysos ou Numisma como era comumente chamado nos documentos bizantinos e que foi o *bizâncio* da Idade Média).

Como moedas menores:

Semisses, meio soldo.

Tremisses, a terça parte do soldo.

Desde Constantino a Anastácio I (1081-1118), o *soldo de ouro* equivalia a:

12 miliarensis de prata
24 siliquas
288 follis
5.750 dinários.

Em um soldo, entravam 96 milésimos de ouro fino, mais tarde alterado pelas modificações introduzidas no sistema monetário durante o reinado de Aleixo Comneno (1081-1118).

De Anastácio a Basílio I o soldo tinha de 5.760 a 7.200 unidades pequenas; depois de Leão III (717-741), é impossível fixar os valores.

Pêso — O *soldo de ouro* em bom estado de conservação devia pesar de 4,49 a 4,53 grs., segundo estudos feitos por Duchalais, pesando grande número de *soldos* e terços de soldo bizantinos, de Majoriano até Maurício Tibério (467-602). Nessa época, o *soldo de ouro* tinha geralmente 84 grãos ou 4,53 grs. e o terço do soldo 28 grãos ou 1,51 grs.

Em alguns *soldos de ouro*, observa-se no campo a marca LXXII, designação de quantos entravam em libra. Segundo alguns auto-

res a libra compunha-se de 6.144 grãos ou 326,33 grs. e segundo outros, de 6.048 grãos ou 323 grs.

O código Teodosiano e a lei Valentiniano, confirmam o pêso do *solido* por esta forma: "*Quotiescumque certa summa solidorum pro tituli qualitate debetur, aut auri massa transmittitur in LXXII solidus libra eratur accepto*".

Cunhagem. No Império do Oriente as moedas de ouro conservaram sempre seu bom título. Depois de Anastácio, a moeda de ouro foi cunhada em Constantinopla, como indicam as marcas monetárias: *con. com. conob* ou *comob.*, que se encontram nos soldos de ouro e suas subdivisões. Estas marcas desaparecem nas moedas de ouro nos reinados de Leão V e Constantino VII.

Os *soldos de ouro*, *meios soldos* e *terços de soldo* de alguns chefes ostrogodos e merovíngios com os bustos de Anastácio, Justiniano I, Justiniano I e principalmente os do primeiro imperador, são de uma fábrica bárbara e têm os monogramas que indicam o seu nome ou as cidades onde foram cunhadas.

No tempo de Justiniano I, imperador do Oriente (527-566), todo o comércio do mundo conhecido fazia-se na maior parte com a moeda bizantina e tal era a sua influência, que os gôdos da Itália trataram de a imitar cunhando suas moedas com a effigie imperial para que tivessem aceitação.

Quadro das moedas de ouro.

Solidus.

Semisses (meio soldo).

Tremisses (terça parte do soldo).

PRATA.

Durante o Império Bizantino a cunhagem da prata foi excessivamente escassa, com pouco interêsse artístico.

Com os primeiros imperadores romanos e até Diocleciano, a unidade de conta foi o *sestércio*.

4 sestércios = 1 denário de prata.

Diocleciano, regenerando a moedagem da prata, deu-lhe o mesmo toque que teve no comêço do Império Romano, entrando 96 em libras. Grande número destas moedas de prata conhecidas com o nome de *centionalis* ou *miliarensis* (miliarésio), apresentam no exergo XCVI, marca de seu pêso; pouco depois foram cunhadas em menos quantidade, as *meias-miliarensis*.

Nos reinados de Constâncio II (371-361) e Juliano II (331-363), estas moedas foram substituídas por outra menos pesada chamada *síliqua*.

A *síliqua* foi a moeda-unidade de prata do Império Bizantino, pesando 2,60 grs. Foi cunhada em prata pura.

Mommsen, o ilustre historiador e erudito alemão, examinando vários exemplares desta moeda, notou que as cunhadas no reinado de Justino I, trazendo a marca C N, ou sejam 250 unidades, pesavam de 0,60 a 0,62 grs. A mesma moeda pertencente ao reinado de Justiniano I, com a mesma marca, pesava de 1,36 a 1,38 grs., isto é, o dôbro das anteriores. A *meia-síliqua* de Justino I (518-527) ou as de Justiniano I (527-565), com a marca P K E (125 unidades), tinha um pêso médio de 0,62 grs. e a mesma moeda dos mesmos imperadores, mas com a marca P K (120 unidades), pesava de 0,63 a 0,64 grs.

Com isso, Mommsen quis mostrar a falta absoluta de relação que havia entre o valor e o pêso das moedas dessa época e a enorme diferença existente entre as *síliquas* de Justino e as de seu sucessor, como também as existentes entre as *síliquas* de um e as *meias-síliquas* de outro.

Depois do reinado de Leão III (717-741 d. C.) até ao uso das moedas côncavas, torna-se difícil descobrir a nomenclatura e o valor da moeda de prata, que se tornou minguada em relação à moeda de ouro. Apesar das notáveis diferenças encontradas nestas moedas, parece haverem sido conhecidas pelo nome comum de *Keration*, de que 24 faziam um *soldo de ouro*.

As moedas de prata cunhadas em Constantinopla, em geral, não trazem indicação da casa monetária e raríssimas são as exceções a esta regra, conhecendo-se apenas dois exemplares de Anastácio, cinco de Justiniano I, dois de Constante II, um de Leão V e de Constantino VII e outro de Basílio I.

Tipo da moeda miliarensi.

O tipo desta moeda no reverso é uma cruz sôbre um globo no cimo dos degraus e a legenda: *Devs aivta romans*.

A *meia miliarensis* apresenta o mesmo tipo, acrescida de duas palmas aos lados.

Quadro da moedagem de prata.

Miliarensis ou miliarésio.
Meia miliarensis.
Síliqua (unidade da moeda de prata).
Meia síliqua.

BRONZE.

No tempo de Justiniano I, as moedas de bronze bizantinas apresentam um aspecto diverso das moedas do Ocidente; enquanto estas se barbarizam e seus tipos se reduzem sob os gôdos, no Império do Oriente começavam a ser cunhadas as grandes peças de bronze denominadas *folles* (pecunia maior ou maiorina) e suas divisões. Fôsse por que servissem para efetuar grandes pagamentos ou por que muitas vêzes fôsem encerradas em quantias certas dentro de sacos a que denominavam “folles”, estas moedas que tinham o pêso de uma onça entre os romanos, passaram no sistema monetário bizantino a serem conhecidas por *folles*.

Anastácio em 498 reformou a moeda de bronze, estabelecendo quatro tamanhos diversos com o respectivo valor marcado, prática que foi seguida até ao reinado de Miguel III (866-867); segundo estas moedas fôsem destinadas a circular nas províncias do Oriente ou nas do Ocidente, tinham a marca do valor em caracteres gregos ou latinos.

As peças menores eram denominadas *numi* ou *denários*. O *numi* era a unidade de menor módulo e considerada como a de menor espécie monetária. Os *denários* vêm mencionados em grande número de autores e embora com significação diversa, designa quase sempre uma “pequena moeda de cobre”.

Cassiodoro, escritor romano (468-562), autor de inúmeras obras, algumas das quais chegaram até nós, nos diz que 1 *soldo de ouro*, valia 6.000 *denários* de cobre. Nos bronzes de Maurício, Focas e Heráclio, encontram-se ao lado das cifras as duas letras N M (*nummium*).

Pelos nomes de *decanummius* e *pentanummius*, são designadas as moedas de cobre contendo 10 e 5 unidades ou *nummias*.

SISTEMA MONETÁRIO DE ANASTÁCIO.

No sistema monetário de Anastácio, o *folles* era moeda de 40 *nummias* e marcada com M — XXXX ou xx/xx, pesando o *folles* 9,09 grs., valendo 2 *denários* comuns.

40 *nummias* = 1 *folles*.

O *soldo de ouro* valia conforme a época, entre 210 a 180 peças de *folles*.

O *folles* compreendia:

$\frac{3}{4}$ de *folles*, moeda de 30 *nummias*, marcada XXX; julga-se terem sido estas moedas cunhadas no tempo de Tibério Constantino (574-582) e são exemplares raríssimos.

$1/2$ follis *nummus* ou simplesmente *nummus*, como eram conhecidas no tempo de Justiniano I, valendo 20 *nummias* e marcadas K-XX ou x/x.

Decanummium, moeda de 10 *nummias*, assim marcada: I-X ou V-X.

Pentanummium, moeda de 5 *nummias*, marcada com um V.

Quadro das moedas de bronze.

Follis	40	nummias
$3/4$ follis	30	"
$1/2$ follis	20	"
Decanummium	10	"
Pentanummium	5	"
Nummium	1	"

TIPOS DE MOEDAS BIZANTINAS.

Eustos de frente, o globo crucífero, a cruz, o monograma "M" ou a imagem de Cristo.

O *nummium* ou *nummus*, não trazia valor declarado, havendo alguns tipos de Justiniano I com a cruz, o leão ou a letra "M" no reverso. E' muito provável que depois dêste imperador, deixasse o *nummus* de ser moeda efetiva, ficando como moeda de conta.

LEGENDAS.

As legendas das moedas bizantinas foram no princípio em latim, depois misto de latim e grego e finalmente só em grego.

MOEDAS DE COBRE DO EGITO.

As moedas de cobre do Egito, diferem muito das cunhadas nos outros pontos do Império Bizantino, tendo mesmo uma nomenclatura diversa.

Moeda de 33 dinheiros, de Justiniano I, considerados exemplares raros;

Moeda de 12 dinheiros, cunhada por vários imperadores, desde Anastácio I até Constante II;

Moeda de 6 dinheiros, cunhada por Justiniano I, Justino II e Sofia, Maurício, Heráclio e Heráclio Constantino;

Moeda de 3 dinheiros, mandada fabricar por Justiniano I.

Fig. 66. — Tipos de moedas bizantinas.



1. — EUDÓXIA (mulher de Teodósio II) 421-450. SOLIDUS.
a/ AEL.EVDO — CIA AVG. Busto diademado à direita; por cima uma mão tendo uma corôa.
r/ IMP. XXXXII COS XVII P.P. Constantinopla sentada, tendo um globo crucigero.



2. — AELIA PULCHERIA (mulher de Marcianus) 414-453. SOLIDUS.
a/ AEL PVLCH-ERIA AVG. Anverso idêntico ao anterior.
r/ SALVS REI PVBLICAE. A Vitória sentada à direita e um escudo com o monograma de Cristo.



3. — ANASTASIUS II ARTEMIUS. 713-716. SOLIDUS.
a/ Busto de frente, tendo o volumen e o globo crucigero.
r/ Cruz sôbre três degraus.



4. — LEO III. 717-741. SOLIDUS.
a/ Busto barbado de frente.
r/ Cruz sobre três degraus.



5. — THEOPHILUS. 829-842. SOLIDUS.
a/ FILUS. Busto de frente.
r/ OFILUS. Busto de frente.



Fig. 67. — Tipos de moedas bizantinas medievais.

Moedas bizantinas.

1. — Constantinopla. Anastácio I, *Follis*.
2. — " Justino e Justiniano II, *Solidus*.
3. — " Justiniano II e Tibério, *Solidus* ou *bezante*.
4. — " Basílio I e Constantina, *Solidus* ou *bezante*.

Moedas da Idade Média.

5. — Odoacro, moeda de bronze, 476-490 d. C.
6. — Lombardia, Cuniberto, *Solidus*.
7. — Paris, *triens* merovíngio com o busto de Clovis II.
8. — Pepino-o-Breve, *dinheiro*.
9. — Carlos Magno, *dinheiro*.

XVIII

IDADE MÉDIA.

Os metais preciosos. Generalidades sôbre os metais. Tipos. Legendas. Cunhagem. Os moedeiros. Moedagem dos merovíngios, carolíngios e capetíngios.

A Numismática feudal está baseada sôbre a divisão da França em antigas províncias.

As divisões em épocas da Idade Média e Moderna são arbitrárias e fictícias, assim como também as da Renascença. Em Numismática, há possivelmente um momento que poderia servir de limite à Idade Média. E' o primeiro quarto do século XVI, marcado pela introdução de pesadas moedas de prata e a reaparição da effigie como principal tipo monetário.

Esta reforma, sendo feita sucessivamente em diversos países, não pode ser escolhida como uma data certa, marcando a modificação do sistema monetário.

A História e a Numismática se apoiam mütuamente. E' por isso que se coloca como início de todos os capítulos, quando possível, uma pequena introdução histórica tão breve quanto o permita o assunto.

FRANCOS.

OS MEROVÍNGIOS.

Primeira monarquia franca.

Os francos formavam uma liga ou confederação de povos de origem germânica (sicambros, ripuários, sálíos, etc.), que se havia estabelecido entre o Reno e o Wesser; o seu nome queria dizer: *homens livres*.

A sua aparição data de 241, no reinado de Aureliano. No ano 251 chegaram até à Espanha, donde, onze anos depois, incendiaram Tarragona; em 277 obtiveram do imperador Probo licença para se estabelecerem nas margens do Reno; Juliano, imitando o seu predecessor, permitiu-lhes permanecer nas margens do Mosela. E' de 428, que data o seu estabelecimento nas Gálias, sob o comando de Clodion, o *Cabeludo*, seu chefe.

Primeiros chefes dos francos.

Os primeiros chefes foram: Faramundo, Clodion, Meroveu, Childerico e Clovis. Pouco nos diz a história àcerca destes chefes ou reis francos; sabe-se somente que foi sob Clodion que os francos se estabeleceram na Gália, no reinado de Valentiniano III; que foi Meroveu quem deu nome aos reis francos da raça *merovíngia* e reuniu tôdas as tribos em que estavam divididos, para se opor à invasão dos hunos; que Clovis, filho de Childeberto, foi o verdadeiro fundador da *primeira monarquia dos francos*.

Clovis, sucedeu a Childerico, seu pai, e dotado de grandes qualidades guerreiras, apoderou-se de quase tôda a Gália, vencendo Siágrio, último general romano, em Soissons; Alarico II, rei dos visigodos, em Vouillé e os alemães em Tolbiac. Por conselho de sua mulher Clotilde, o sucessor de Childerico recebeu o batismo, seguindo seu exemplo três mil dos seus soldados (496). Em 511 Clovis falecia, deixando as suas conquistas aos seus quatro filhos.

Os filhos de Clovis tiveram que sustentar guerras contra Teodorico, rei dos ostrogodos; contra Amalarico, rei dos visigodos; contra Balrico, rei da Turíngia e contra Segismundo e Gondomar, reis da Borgonha. Este reino que já contava cento e vinte anos de existência, foi subjugado e anexado à monarquia franca.

Na partilha das conquistas de Clovis entre seus filhos, o reino ficou assim dividido: Childeberto reinou em Paris; Clotário I em Soissons; Clodomiro em Orleans e Thierry, na Austrásia (43).

Em 561, Clotário I, por morte de seus irmãos, reuniu em sua corôa todos os domínios de Clovis, sendo por isso considerado o *segundo fundador da monarquia franca*.

Por este tempo os *francos* dividiram-se em *francos orientais* ou da Austrásia e *francos ocidentais* ou da Nêustria (44); os primeiros eram os representantes da cultura germânica e os segundos mais afeiçoados à civilização romana.

(43). — Austrásia ou Reino de Leste. Parte considerável da Gália franca, compreendendo a Turíngia, os ducados da Alemanha, da Baviera e da Frísia e todos os países situados entre o Reno, o Mosa e o Escalda. Este reino foi criado em 511, sendo mais tarde absorvido por Carlomano, quando este príncipe subiu ao trono.

(44). — Nêustria ou Reino do Oeste. Um dos três grandes reinos francos sob a primeira raça (merovíngia). Compreendia os países situados entre o Loire, a Bretanha, a Mancha e o Mosa. A oposição entre a Nêustria e a Austrásia, nitidamente marcada na geografia, era ainda mais no caráter das populações, em consequência do predomínio na Nêustria do elemento galo-romano, ao contacto do qual os bárbaros sális se tinham aperfeiçoado pouco a pouco, enquanto que a Austrásia em contacto permanente com as populações germânicas, ficava rebelde a tôda a cultura. Reunida à Austrásia nos reinados de Clotário II e de Dagoberto I, a Nêustria foi dela separada novamente em 638, em proveito de Clovis II, quando se juntou à Borgonha.

Com Clotário II unificou-se a monarquia franca, com a reunião da Borgonha e da Austrásia sob o mesmo cetro. No reinado de Dagoberto o poder real chegou ao apogeu do esplendor, para cair de novo, por sua morte, no abatimento a que anteriormente tinha chegado. Os monarcas que se lhe seguiram, governados então pelos *maires* do palácio ou *prefeitos do paço* (45), eram meras sombras dos reis, de quem só tinham as insígnias. A história chamou-lhes *reis indolentes* e com êles termina a *raça dos merovíngios* e a primeira monarquia franca.

OS CAROLÍNGIOS.

Segunda monarquia dos francos.

Como dissemos no período anterior, os administradores das propriedades reais, os *mordomos* ou *prefeitos do paço* (“*maires*” do paço) como então eram chamados, apoderaram-se pouco a pouco da direção do govêrno e dos negócios do Estado. Êste cargo importante, sendo primeiro de nomeação régia, passou a ser de eleição entre os grandes do reino. No princípio, cada um dos três reinos, Nêustria, Borgonha e Austrásia, teve o seu prefeito do paço, sendo dêles o mais bravo e hábil, *Pepino de Heristal*, que, depois da batalha de Testry (687), quando foi derrotado Thierry III, acumulou em sua pessoa o exercício desta dignidade nos três reinos e a tornou hereditária em sua família.

A partir dêstes momento os seus sucessores dispuseram do poder real como lhes pareceu, com o título de *duques dos francos*; os *merovíngios* ficaram apenas com o título de reis, de que afinal foram despojados.

Carlos Martel, filho de Pepino de Heristal, sucedeu por eleição a seu pai, na menor idade de Teobaldo, seu sobrinho, a quem Pepino por sua morte havia transmitido a dignidade.

Carlos Martel, saído da prisão onde sua mãe o havia encerrado como suspeito ou implicado no crime de morte de um de seus irmãos, pondo-se a frente dos austrásios, venceu os frisões, derrotou os nêustrios e fêz-se reconhecer prefeito do paço por Chilperico III, o último dos merovíngios; que mais tarde foi depôsto.

(45). — *Maires do Palácio.* Na sua origem, eram simples oficiais ou mordomos que os reis francos nomeavam ou demitiam quando queriam. Eram os primeiros funcionários do palácio. Mais tarde, fizeram-se eleger pelos *leudas* (grandes), subtraindo-se dêste modo à dependência imediata dos soberanos, de quem recebiam antes sua nomeação. Depois, tendo-se tornado hereditário o seu cargo, uniram-se aos grandes e exerceram uma autoridade absoluta sôbre toda a nação. Conservavam os reis afastados dos negócios públicos, mostravam-nos ao povo nas assembleias do Campo de Março ou de Maio e conduziam-nos em seguida com grande pompa para os seus palácios, onde deviam permanecer encerrados até ao ano seguinte.

Carlos Martel morreu no ano 741, deixando para lhe sucederem no poder seus filhos Carlomano e Pepino-o-Breve, o primeiro dos quais governou a Austrásia e o segundo a Nêustria. Poucos anos depois, Carlomano recolheu-se ao convento do Monte Cassino e Pepino usurpando o poder a seus sobrinhos, decidiu-se a cingir a corôa, que não era mais que um símbolo na frente dos “reis indolentes”. Chilperico foi deposto e encerrado num convento.

Assim, Pepino-o-Breve foi o primeiro rei da dinastia chamada *carlovíngia*, por haver sido ilustrada pelo valor de dois Carlos: Carlos Martel e Carlos Magno.

OS CAPETÍNGIOS.

Terceira monarquia franca.

Hugo Capeto, filho de Hugo-o-Grande, duque de Paris, o mais poderoso dos vassallos do rei de França e êle mesmo duque da ilha de França e conde de Paris, sucedeu a Luís V, o último dos reis carlovíngios, cujo reinado foi de curta duração (987). Hugo Capeto foi, pois, o fundador da *dinastia capetíngia*, a terceira em França e com êle a monarquia francesa deixou de ser eletiva.

A exaltação de Hugo Capeto não aumentou a influência do poder real, então confundido com o primeiro senhorio feudal. Quando Hugo Capeto subiu ao trono, havia quinze grandes feudos, que não reconheciam acima de si, senão a realza. Estes quinze feudos, foram mais tarde reduzidos a sete. Os sete feudatários tinham o título de *vassallos imediatos do rei e pares*, por serem iguais em dignidade.

Hugo Capeto morreu em 996 e sucedeu-lhe seu filho Roberto, príncipe instruído e poderoso, que reinou por longos anos.

* *
*

OS METAIS PRECIOSOS NA IDADE MÉDIA.

Com a queda do Império Romano, desaparecera a melhor moeda então existente, podendo-se dizer que durante os séculos decorridos desde essa época e até ao fim do século XIII, não houve moeda de ouro no Ocidente. Algumas moedas fabricadas nesse prolongado intervalo foram simples imitações bizantinas, resultado da transferência da sede imperial para Constantinopla e com ela, a emigração das famílias patrícias que consigo levaram também os capitais.

O comêço da Idade Média não foi mais favorável à circulação metálica do que os últimos anos do Império. Uma parte dos tesouros tinha desaparecido ante a invasão dos bárbaros que dessemínavam o terror; quem não podia levar o que possuía escondia-o e muitas vêzes para sempre. Acrescente-se ainda êste fato: com as invasões o trabalho das minas foi paralisado, só recomeçando com o total desaparecimento do terror bárbaro. Na realidade, tôda a Idade Média foi pobre de metais preciosos. Os mais poderosos reis eram pobres e algumas vêzes tiveram de pagar suas dívidas em moeda de chumbo (46). Para resgatar Ricardo, prisioneiro na Alemanha e São Luís cativo dos infiéis, foi necessário reunir todo o ouro e prata das igrejas e dos nobres. Só com as últimas cruzadas foi que a Europa teve um passageiro afluxo de ouro, quando a Itália introduziu novamente na circulação a moeda metálica quase totalmente em desuso: o *florin*, que faria inveja aos demais países da Europa. Mas o ouro e a prata não chegavam para pôr em circulação uma moedagem a que já estavam desacostumados e em breve trecho a fabricação da moeda falsa começou furiosamente; os sinais monetários passaram pelas mais estranhas vicissitudes, a instabilidade foi pavorosa na França e mais ainda na Inglaterra, onde se chegou a decretar, como em tempos anteriores para a moeda forrada, o curso forçado da moeda falsa (47).

Essa rápida visita do ouro à Europa, mormente na sua parte ocidental, foi curta mas desastrosa. Os senhorios já não se contentavam com a medida de trigo, só queriam moeda de ouro ou prata e surge então um período de violências a que nem mesmo a Igreja escapou; de todos se exigia partes da fortuna. Filipe-o-Belo estende seu braço bastante longo para destruir a Ordem dos Templários e apoderar-se de suas imensas riquezas, enquanto ensaiava o mesmo gesto para chegar à Roma.

Sem ouro, quase sem prata necessária para estabelecer uma circulação metálica, pode-se ter idéia do que teria sido a segunda metade do século XIV e todo o século seguinte, em que a desordem bimetalista chegou ao auge.

Mas a descoberta da América viria separar a Idade Média dos Tempos Modernos, com a ida dos metais preciosos para a Europa. Os costumes e as tradições passam por funda transformação. O feudalismo que nesse tempo já estava minado em quase tôda a Europa pelas revoluções políticas e movimentos populares,

(46). — Blanqui, *Histoire de l'économie politique*.

(47). — Macaulay, *History of England*.

sofreu seu último revez. Os senhores feudais, vivendo principalmente de rendas fixas e baixando o seu valor pelo advento das correntes de ouro do Novo Mundo, perdem sua abalada importância. As classes médias que até aí nada valiam ou quase nada, passam a ser quase tudo. O ouro enriquecia a classe burguesa. Esta elevação da burguesia sobre a aristocracia devido aos metais preciosos da América, foi o maior golpe no feudalismo, tendo como repercussão na Inglaterra a sua revolução social e na França o abalo universal de 1789.

*

* *

GENERALIDADES SÔBRE OS METAIS DA MOEDA.

Os carolíngios, assim como os primeiros capetos, não usaram senão a prata; as moedas de ouro só apareceram ao começar o século XIII.

A datar do século XIV o *bilhão*, que já era uma liga na qual a prata se combinava com o cobre numa proporção muito forte, deu origem à moeda de cobre algumas vezes designada sob o nome de *moeda negra*.

O chumbo e o cobre foram muito usados nos *jetons* e outras peças que serviam para determinar o preço de vários trabalhos vendidos ou executados nos conventos, mercados, “ateliers”, etc.

A moeda de papel, de couro, de chumbo e de ferro, foram exceções que somente por momentos apareceram quando o metal faltava, como por exemplo, durante os sítios; essas peças obsidionais, representavam um valor fictício, uma promessa de pagamento.

TIPOS.

A Numismática não é tão rica em tipos na Idade Média, como na Antiguidade. Entretanto, ela não faz senão refletir a enumeração das formas diversas que as representações comuns (templos, cruzes, escudos, etc.) tomaram nos vários países e em diversas épocas.

Diremos somente uma palavra sobre as efígies. A figura do soberano que figura sobre as moedas romanas, foi conservada sobre a moedagem das primeiras monarquias. Mas esta representação da figura humana exigia uma habilidade que os artistas dessa época não possuíam; ademais, a simplificação dos tipos permitiu uma maior rapidez na fabricação. Não há, portanto, motivo para indagação porque desapareceram as efígies durante alguns séculos.

Foi somente no século XV que a arte monetária, sob o impulso dos medalheiros italianos, retomou a efígie, fazendo dela o motivo principal da Numismática da Idade Média. Os armoriais tiveram também lugar de relêvo, embora os esmaltes fôsem raramente indicados nas moedas.

A moedagem da Idade Média, nunca apresentou uma variedade de tipos tão grande como as medalhas e os jetons nos oferecem a partir do século XVI.

LEGENDAS.

A língua latina foi geralmente empregada nas moedas da Idade Média; só mais tarde, durante o século XIV, apareceram algumas legendas francesas. Nos países estrangeiros o latim foi conservado mais tempo, com exceção de algumas moedas da Espanha e da Sicília, onde a influência muçulmana predominando, fêz com que as legendas fôsem escritas em caracteres árabes.

Certas moedas dos Cruzados apresentam, como as bizantinas, as legendas em grego; as da Armênia trazem caracteres de alfabetos particulares, oriundos de cada país.

As legendas apresentam abreviaturas fáceis de serem interpretadas, tendo na maior parte das vêzes analogia com as que se usam nas cartas. Na generalidade dos casos, estas abreviações são de fácil compreensão.

Entretanto, em algumas moedas, notadamente nas alemãs, encontram-se freqüentemente legendas compostas de letras iniciais indicando a maior parte das vêzes os nomes dos feudos pertencentes a um mesmo senhor. Para sair deste embaraço na classificação da peça, torna-se necessário recorrer à história e procurar interpretar as legendas, com o auxílio de livros especializados.

Quando uma legenda parece difícil de ser decifrada pela má conservação do exemplo ou defeito de fabricação, a melhor maneira de se obter um resultado é transcrever sôbre um papel as letras que se apresentam; comparando depois com outras moedas semelhantes chega-se assim facilmente a encontrar as letras desaparecidas ou deformadas que existiam nas peças.

Uma grande parte das legendas monetárias da Idade Média, foram tiradas dos livros litúrgicos. Assim, a legenda: *Christus vincit, Christus regnat, Christus imperat*, que figura sôbre um grande número de moedas de ouro de São Luís até a Revolução, é tirada dos Laudes cantados no domingo de Páscoa. Uma outra legenda: *Agnus Dei, qui tollis peccata mundi, miserere nobis*, foi

tomada do Evangelho (São João, I, 29). Quanto à legenda que figura no Grande Tornez: *Benedictum sit nomen domini nostri, dei Jesu Christi*, foi tirada do 112.º salmo (versículo 2) e da epístola de São Paulo na Galácia (48).

CUNHAGEM.

Ver o que se explica no capítulo VII: oficinas de moedagem, a arte monetária na Antigüidade, processos antigos e modernos, ensaio monetário.

OS MOEDEIROS NA IDADE MÉDIA.

Durante o período merovíngio, a antiga organização monetária sofreu grandes modificações no que concerne às pessoas encarregadas da fabricação da moeda. Os operários empregados neste trabalho, até então considerado servil, mas tendo desde o Baixo Império subido alguns degraus na escala social, chegaram a se tornar independentes, tanto que, quando não era possível a gravação de um nome imperial ou de um rei bárbaro sobre as moedas, elles o faziam com seus próprios nomes por ordem do rei. Este costume que se tinha originado particularmente nas Gálias, foi imitado pelos anglo-saxões que o conservaram por muito tempo, quando elle já havia cessado em França.

Sob os carolíngios os moedeiros não assinavam mais as moedas. Já então formavam uma corporação de oficiais subalternos que seguiam o rei por toda a parte. Ao findar o século XII, o rei de França que mostrara desejos de reformar o tipo de suas moedas, reuniu os moedeiros que trabalhavam para a realeza em uma corporação, a qual concedeu importantes privilégios. Esta corporação era regida por regulamentos que ficaram conhecidos por *Serment de France* ou a grande *Charte de Bourges*, exemplo logo seguido pelos barões, prelados e soberanos vizinhos. Nesta assembleia de magistrados e procuradores, operários e moedeiros, estavam representadas as casas monetárias de Paris, Ruão, Tournai, Saint-Quentin, Troyes, Poitiers, Saint-Pourçain, Angers, Montpellier, Dijon, Limoges, Nantes e Macon.

O *Serment de France* compreendia sessenta e seis parágrafos e nele constava o código dos moedeiros, seus direitos e seus deveres.

(48). — Frochner, *La liturgie romaine dans la numismatique*, Ann. de la Soc. de Num., 1889, 39.

Apareceu a seguir o *Serment de l'Empire* que reunia os moedeiros pertencentes aos "ateliers" estabelecidos no antigo reino da Borgonha caído em poder do imperador da Alemanha e logo após surgiu o *Serment de Toulouse*, no qual figuravam os moedeiros do antigo reino da Aquitânia; êste código foi quase a seguir imitado pelo rei da Inglaterra.

Filipe-Augusto e logo todos os barões e prelados que tinham direito de cunhar moeda se apressaram em dar a seus moedeiros os privilégios e a liberdade mais ou menos estabelecida. Compreende-se, com efeito, que agindo de outra maneira seus "ateliers" teriam sido abandonados e trocados por outros, onde os operários pudessem achar tratamento mais favorável.

Os privilégios dos moedeiros consistiam principalmente na jurisdição particular que lhes permitia julgarem-se entre si, exceto em casos de rapto, de morte e de roubo; consistia também na isenção de tôda a espécie de impôsto, na isenção de cargos públicos e serviço militar, enfim na heritariedade de sua profissão. Êstes privilégios existiram até a revolução de 1789, quando foram abolidos.

A datar do século XIII os textos foram revistos pelos mestres-gerais, responsáveis pela alta administração da moeda. Êstes funcionários eram juizes soberanos na corporação dos moedeiros e a datar do reinado de Filipe-o-Belo, passaram a exercer seu contrôlo também nos "ateliers" dos barões e prelados. Êles visitavam as casas da moeda do rei pelo menos duas vêzes ao ano; suas inspeções se faziam inopinadamente e podiam suspender os oficiais encontrados em falta. Sua jurisdição se estendia aos cambistas, afinadores e trabalhadores áfins. Êstes funcionários que desde 1322 tomaram algumas vêzes a qualificação de presidentes, eram no princípio em número de quatro e faziam parte da Câmara dos contadores e tesoureiros do rei. Em 1358, durante a regência do Delfim, êles foram convocados para formar a Câmara das moedas, distinta da Câmara dos tesoureiros e seu número então variou, chegando até onze.

MOEDAGEM DOS MEROVÍNGIOS.

A numismática das Gálias, onde se fixaram os *francos* constituídos em reino, compreende:

I — Moedas merovingias	500-752.
II — Moedas carolíngias	752-986.
III — Moedas capetíngias	987-1498.
IV — Moedas dos tempos modernos		1498 em diante.

A estas séries acrescentam-se ainda as moedas senhoriais ou feudais, as moedas cunhadas em França por príncipes estrangeiros e as que se cunharam fora da França por príncipes franceses, as moedas obsidionais, etc.

Moedas merovíngias.

A série das moedas merovíngias se distingue pela variedade de seus tipos e pelo pequeno número de peças que trazem os nomes dos reis.

A imensa maioria delas traz somente o nome do lugar, muitas vêzes localidades cuja importância surpreende e o nome de um monetário que é em muitos casos o mesmo para um grande número de localidades de uma mesma região. Isto se explica pela organização da moedagem estabelecida no reino dos francos.

“A fabricação das moedas merovingias, diz Barthelemy, procedia-se do seguinte modo:

Quando se havia de aplicar um impôsto, o *doméstico do palácio* (principal oficial das finanças do fisco), acompanhado de um moedeiro, percorria a região em que se tinha de impor o tributo e percebiam em metal o valor cobrado; depois, quando a coleta era suficiente, o monetário convertia o metal em espécie na localidade onde êle se encontrava, gravando sôbre o cunho seu nome e o da cidade ou vila, lugar de sua residência momentânea.

Não se deve esquecer entretanto, que nas grandes cidades e nos grandes centros, havia provavelmente moedeiros privados que cunhavam não só para o rei, como também para os particulares. Se acontecia, por exemplo, ter uma abadia necessidade de dinheiro, ela fornecia o metal ao monetário, que inscrevia no cunho seu nome e o do Mosteiro, com a palavra *cacio*. Nos lugares pertencentes ao domínio do rei, a inscrição era *Racio domini* ou *Racio fisci*.

E' evidente, continua Barthelemy, que nenhum dignitário, nenhuma abadia, nenhuma corporação, tinha o direito de cunhar moeda na época merovingia; ao rei somente pertencia êste privilégio. Nenhum texto nos contradiz. Somente o número muito elevado de moedeiros, tornava impossível um contrôle. O exercício da cunhagem era tão espalhado, que não poderia haver lugar para a usurpação dêsse direito próprio. Os moedeiros sendo oficiais públicos, pois que seus nomes sôbre as moedas constituam a verdadeira e mais habitual das garantias, êles as fabricavam para o rei, da mesma maneira que os notários lavravam os atos em nome do Soberano”.

Um semelhante sistema em um estado social violento, bárbaro, desordenado, onde os laços de centralização do poder estavam profundamente frouxos, produzia de fato a independência dos moedeiros. Não somente um contrôlo sério de suas operações era impossível como nada garantia o fisco contra as fraudes que muitos dêles deviam cometer em relação ao mesmo, em grande escala; mas êste estado de divisão local na fabricação de moedas devia necessariamente se traduzir no exterior por uma falta de uniformidade no seu aspecto. Daí a variedade de tipos das espécies me-rovínias. Nesta variedade que à primeira vista parece apresentar uma confusão inexplicável, devem-se distinguir os tipos gerais que são os mais comuns e se encontram em tôdas as partes da Gália e os tipos locais, exclusivamente próprios a uma cidade ou a uma região.

Tipos gerais.

Nesta classe colocam-se as cabeças, as alterações da gravura da Vitória das espécies imperiais de Anastácio e de Justiniano; a cruz alçada sôbre os degraus; o *monograma cruciforme de Cristo*, cuja alteração sucessiva acabou por produzir o que se denominava a cruz em forma de âncora (*Croix ancrée*), isto é, uma cruz que termina na extremidade inferior em dois ganchos de âncora. Certas localidades, sem saírem dos tipos gerais, dão-lhes um certo aspecto muito particular que os tornam em realidades locais. Tal é o caso da cabeça e da cruz de *Brioux* ou da cruz de *Brioverum* (Saint-Lô).

Em muitos lugares, aliás, forma-se um tipo especial e reconhecível que caracteriza as produções de tal ou qual cidade, como em Metz, em Limoges, Blois, etc.

Entre os tipos locais, pode-se citar a custódia de Ruão, o pássaro de Chartres e de Cahors, o cálice de Gévaudan, a corça de Rezé, que circunstâncias desconhecidas fizeram imitar e das quais é necessário procurar a explicação nas lendas dos Santos ou nas tradições especiais de tal ou qual lugar.

Quer se trate, entretanto, de tipos gerais ou de tipos locais, todos procedem da imitação; em nenhuma parte se encontra um esforço de criação original. Os tipos gerais e uma parte dos tipos locais, imitam as últimas peças imperiais que tinham sido lavradas no país; algumas vêzes as cópias alteradas que tinham produzido os visigodos e os ostrogodos, ou os tipos novos aparecidos em Constantinopla na segunda metade do século VI como resultado das transações comerciais. Para outros tipos locais os moedeiros

procuraram seus modelos em moedas mais antigas, principalmente nos pequenos bronzes do Imperador Tétrico que abundavam certamente ainda nessa época e que deviam permanecer em circulação. Este gênero de imitações produziu particularmente certos tipos que se devem qualificar de acidentais, porque êles não se apresentam senão sôbre uma única peça devido ao capricho de um moedeiro que resolvera copiar um modelo de seu agrado.

As linhas essenciais da cronologia dos tipos merovíngios com sua degenerescência contínua podem-se resumir nas datas seguintes, formuladas pela primeira vez e de uma maneira precisa, por B. Fillon. De 500 à 560 só se encontra a imitação pura e simples, a cópia muito aproximada das moedas de Anastácio e de Justiniano. De 560 à 600, a imitação dêsses exemplares com a Vitória sôbre o reverso, torna-se mais freqüente e mais bárbaro; as peças de ouro lavradas momentâneamente em Marselha em nome do imperador Maurício fornecem um novo tipo que se generaliza rapidamente.

E' também no mesmo período que o monograma de Cristo faz sua aparição e que começa a maior parte dos tipos locais; alguns mesmo não continuam mais tarde. O relêvo dos tipos é ainda muito forte nesta época de acôrdo com as tradições clássicas. De 600 à 650, surge de vez em quando, por exemplo, sôbre as moedas maiores de Dagoberto I, as cabeças com longos cabelos lisos, semelhantes às que foram gravadas sôbre os selos do mesmo tempo e onde se procurou gravar o atributo característico dos reis cabeludos; é o único dado original da moedagem merovíngia.

Os bustos de perfil muito multiplicados, principalmente sôbre as peças divisionárias que são as fabricadas em maior quantidade e que procedem daquelas das moedas imperiais, são notavelmente mais grosseiros que na época precedente; os panejamentos são indicados por simples traços; entretanto, o conjunto guarda ainda uma espécie de elegância bárbara.

Os tipos do reverso são quase exclusivamente o monograma cruciforme que se transforma então gradualmente em ancriforme, depois em cruz alçada com pérolas, acestada, etc. O relêvo dos tipos se atenua muito sensivelmente. De 650 à 700 a cruz ancriforme domina; os bustos degeneram em informes figuras que foram imprôpriamente denominadas cabeças com chapéu e são cheias de colares de pérolas.

Valores.

As moedas merovíngias eram o *soldo de ouro* (Soledus), inferior como pêso ao *soledus constantiniano* e dividido em metades

(*semis*) e em terços (*triens*); depois o dinheiro de prata ou *saiga*, do qual eram necessários 40 para atingir o valor de um soldo.

O ouro durante muito tempo no período merovíngio foi quase que exclusivamente o metal amoedado, principalmente sob a forma de *triens*.

Quanto às moedas de cobre, é de supor que a imensa porção de pequenos bronzes romanos fabricados em todo o Império, depois do reinado de Galieno, principalmente os dos imperadores das Gálias, como Póstumo e Tétrico, forneceu aos reis bárbaros uma quantidade assás considerável de moeda miúda para que não houvesse necessidade de fabricar novas espécies nesse metal.

Quadro dos tipos monetários dos merovíngios.

De 500 à 560.

Cópia muito aproximada das moedas de Anastácio e de Justiniano.

De 560 à 600.

Imitação menos freqüente e mais bárbara das espécies monetárias acima, com a Vitória no reverso.

Tipos locais: custódia de Ruão; o pássaro de Chartres e de Cahors; o cálice de Gévaudan; a corça de Rezé, etc.

Novo tipo lavrado momentâneamente em Marselha, em nome do Imperador Maurício.

Monograma: nas moedas fracas, aparece o monograma de Cristo.

Relêvo ainda forte, de acôrdo com a tradição clássica.

De 600 à 650.

Tipos: Cabeças com longos cabelos lisos (atributos dos reis cabeludos), como única originalidade na moedagem merovíngia. Busto de perfil mais freqüente, principalmente sôbre as moedas divisionárias; no reverso, quase exclusivamente, o monograma cruciforme se transforma gradualmente pela cruz alçada sôbre degraus, com pérolas, acostada. Gravura mais grosseira que no período anterior. As roupagens são simples traços. Relêvo mais fraco.

De 650 à 700.

Domina a cruz em âncora (na base).

Degenerescência dos bustos em informes; figuras carregadas de colares de pérolas.

De 700 à 750.

A cruz em âncora se deforma. Os monogramas substituem as efígies reduzidas a traços indecifráveis. O relêvo ainda mais se enfraquece, os discos tornam-se delgados e largos.

CAROLÍNGIOS.

Com o advento dos carolíngios uma verdadeira revolução operou-se na moedagem. Ela atingiu a essência constitucional da moeda, quer na sua expansão econômica e artística, quer na sua forma exterior. A prata que começava a ser empregada, mas de uma maneira ainda restrita nos últimos reinados dos merovíngios, passou a substituir o ouro que desde então apenas se empregou na cunhagem de peças excepcionais ou de fantasia e cuja emissão estivesse relacionada com uma circunstância especial. Pepino e Carlos Magno fizeram desaparecer os nomes dos moedeiros que até aí apareciam nas moedas, adotando novos tipos com motivos nacionais e cristãos.

As peças de metal preparadas para a cunhagem tornaram-se mais delgadas e as moedas aparecem então com maior diâmetro e um relêvo pouco saliente. A circulação desses tipos perdurou durante alguns séculos.

Ao antigo Império Romano, sucedeu o Império do Ocidente fundado pelos reis francos e o numerário destes foi uma imitação dos tipos usados pelos Césares Romanos.

“Alguns nomes de personagens, diz M. A. Barthelémy, apareciam sobre os dinheiros de Pepino e Carlos Magno; os numismatas pensam que esses nomes sejam os de alguns moedeiros, mas nós acreditamos sejam antes a marca do poder desses duques ou condes que desde o reinado de Carlos Magno arrogavam-se como Milon de Narbon, prerrogativas soberanas”.

Depois da subida de Pepino (752-768) até a ascensão de Luís o Bonachão ou Pio (814-840), a moeda do Império do Ocidente pode ser considerada como tendo pertencido verdadeiramente aos reis; mas a datar desta última época a moedagem real foi dividida ao ponto que, a medida que nos afastamos do século IX, os “ateliers” reais diminuem sensivelmente até chegar a um pequeno número.

Os bispos e os mosteiros concediam licença às casas monetárias para se estabelecerem em suas cidades; os barões sem constrangimento, o faziam regularmente. Uns e outros durante muito tempo, nem por isso deixaram de cunhar moedas dos tipos reais. Os senhores eclesiásticos adotavam como tipo para as suas moedas um templo com a legenda: *xpistiana religio*; os não eclesiásticos copiavam principalmente as moedas que tinham os monogramas dos reis Carlos-o-Calvo e Eudes.

Quando o Império de Carlos Magno foi dividido entre seus sucessores, os reinos da Aquitânia, da Lotaríngia, da Borgonha, da Provença e da Itália, possuíam já sua moedagem particular começada com o grande imperador. Foram as moedas dos reinos da Lotaríngia, da Borgonha e do Império do Ocidente, que deram origem à moedagem alemã e italiana; as moedas do reino de Aquitânia deram início a todos os “ateliers” do sudoeste da França (49).

Essas divisões se conservaram por longo tempo, pois que nos séculos XII e XIII, quando se processou a formação das corporações dos moedeiros destinadas a assegurar a boa fabricação das moedas, viu-se aparecer traços ainda bem reconhecíveis dessas origens na moedagem da Europa Ocidental.

Os reis de França, como já vimos, foram os primeiros a tomar essa medida de aperfeiçoamento das moedas, instituindo o *Serment de France*; logo após as províncias que tinham feito parte dos antigos reinos da Borgonha, da Provença e da Lotaríngia, instituíram também o *Serment de l'Empire*; finalmente os moedeiros cujos “ateliers” estavam situados nas regiões que tinham feito parte do reino da Aquitânia, regiam-se pelo *Serment de Toulouse*.

As moedas carolíngias oferecem muitos tipos sucessivos, os quais se fixando em determinadas localidades foram imitadas durante muitos séculos; entretanto, tanto nas moedas originais como nas que se seguiram é possível determinar a época.

Tipos.

Pepino escreveu seu nome numa das faces da moeda, em duas linhas horizontais (*Pipinus*) ou marcado por duas grandes iniciais R (ex) F (rancorum) e na outra o lugar da fabricação.

Carlos Magno, depois de seguir o exemplo de seu pai, adotou sobre algumas peças um monograma formado com letras indicativas de seu nome dispostas em forma de cruz, tal qual tinha o hábito de fazer nas assinaturas oficiais. Uma vez imperador, seguiu o antigo costume imperial, gravando numa das faces da moeda uma cabeça que consagrava o restabelecimento do direito da efigie.

Mas estas cabeças das peças carolíngias não foram feitas à semelhança dos *triens* merovíngios, são meras imitações de antigas medalhas. Elas não tinham a preocupação de reproduzir o sobe-

(49). — Aquitânia (país das águas). Uma das três grandes divisões da Gália, quando da conquista romana. Ocupava o Meio Dia da Gália, entre o Garona, os Pireneus e o Oceano e compreendia um grande número de povos de origem ibérica. Lotaríngia. Nome primitivo da Lorena. Quando o imperador Lotário I, deixou a seu filho Lotário II a Austrásia (855), esta tomou o nome de reino de Lotário ou do filho de *Lothar*, *Lothar-rike* ou *Lothar-ing-rike*, em latim *Lotharingia*, de onde se fez Lorena.

rano e os próprios selos de Carlos Magno dão uma idéia muito justa do que foi o sentimento artístico dessa época. A atividade dos cunhadores de moedas restringia-se a copiar traço por traço as que lhes caíam nas mãos; não ousavam se aventurar a criar uma nova figura, operação esta que exigia noções talvez fora de seu alcance e que demandava o conhecimento de uma ciência, prática desconhecida dos homens do século IX, incapazes de produzir o belo, mas generosamente dotados para compreendê-lo. Este desejo do belo retrata bem a imagem do Império de Carlos Magno calcado sob o de Roma. Seu espírito tinha a intuição de um mundo grandioso, mas de maneira diferente daquele que o rodeava. E' o que nos mostra suas tentativas contra a barbárie, suas guerras que tinham por objetivo impedir novas invasões, seus esforços para elevar o culto das ciências e das letras, suas leis que se acreditariam ser de um outro tempo. Mas seu robusto gênio tinha-se marcado tão rapidamente, que ninguém pôde segui-lo e ele morto, as trevas envolveram de novo os países que tinha reunido sob seu cetro.

Luís-o-Bonachão, após alguns anos de reinado, substituiu a effigie imperial por um novo tipo que consistia em gravar o nome do soberano em tórno de uma cruz e no reverso o do "atelier" monetário em duas linhas. Depois do édito de Pistes, entregue por Carlos-o-Calvo em 864, a moeda apresentava sôbre uma face o monograma cruciforme do nome real e na orla a legenda *dei gratia rex* e na outra o nome do "atelier" ao redor de uma cruz. Esta última modificação foi continuada pelos sucessores de Carlos e imitada pelos outros "ateliers" estabelecidos pelos prelados, abades e barões, dando início a uma quantidade de tipos que subsistiram até ao século XIV.

CAPETÍNGIOS.

A descentralização monetária foi o resultado do desmembramento do Império de Carlos Magno, causada pela fraqueza de seus sucessores. Seus descendentes, não tendo conseguido conservar o Império, cada uma de suas divisões caiu em poder dos grandes feudatários que se arrogaram o direito de bater moeda, até então conferido somente aos clérigos. Os grandes feudatários foram logo imitados por alguns de seus vassallos.

Hugo Capeto, elevado ao trono pelos seus pares com o apôio do feudalismo eclesiástico — principalmente de Adalberon, arcebispo de Reims —, não pôde impedir aos que o elegeram que usassem dos privilégios inerentes ao soberano. A realza era muito

fraca, a França vivia debaixo do regime feudal, isto é, o poder em lugar de pertencer somente ao rei, era dividido entre este e os fidalgos possuidores de feudos, daí resultando não ter sido o seu reinado mais do que a continuação dos carolíngios, pois como estes, teve que alienar muito de seus domínios. A sua política consistiu em conservar sob o seu poder direto o arcebispado de Reims e estender do Meio-Dia ao norte da Espanha a sua influência.

As moedas dos reis de França, desde Hugo Capeto até Filipe-Augusto, não se distinguiam em nada das outras moedas feudais contemporâneas, apresentando as mesmas características; sua circulação estava restrita ao domínio real, não se estendendo aos demais feudos existentes no reino. Somente a datar de Filipe II, chamado Filipe-Augusto (1165-1223), é que se viram os primeiros esforços dos reis para centralizar a moedagem, à medida que eles dilatavam os limites territoriais onde exerciam sua autoridade efetiva. Sob o reinado de Filipe-Augusto as moedas reais começaram a ser cunhadas numa terça parte do atual território da França. Este movimento centralizador, porém, não se efetuou senão ao cabo de vários séculos, quando então foi suprimida a moedagem feudal.

Valores.

A moeda mais corrente era a fabricada na abadia de Saint-Martin de Tours, que deu seu nome à moeda torneza; os reis de França que até aí não tinha outra casa de cunhagem senão a de Paris, estabeleceram em oposição à moeda de Tours, a moeda denominada *parisis* que parece ter surgido no reinado de Filipe I; sendo a moedagem real cunhada somente em uma ou duas casas monetárias, as peças produzidas não podiam servir como tipos, mas quando a realeza pôde instalar outras casas de cunhagem, foi necessário o emprêgo de certos regulamentos que deram origem ao sistema *parisis*.

A França, então, apresentava duas espécies de libras: a *libra torneza* (originária de Tours) e a *libra parisis* (cunhada em Paris). As duas se dividiam em 20 *soldos* (*sous*) e cada *soldo* (*sou*) em 4 *liards* ou 12 dinheiros. A *libra parisis*, entretanto, era mais forte do que a *libra torneza*, pois valia 25 *soldos tornezes* (*sous tournois*). Assim, a moeda *parisis* valendo mais 1/4 do que a moeda torneza, seriam necessários 15 dinheiros tornezes (*deniers tournois*) para perfazerem um *sou parisis*. A *libra parisis* foi suprimida por Luís XIV e depois de 1667, somente a *libra torneza* teve curso em França. O sistema *parisis* subdividia-se para a moeda real em pequenos *parisis* de prata e em reais *parisis* dobrados de ouro; para a moeda de conta em libras, *soldos* e dinheiros *parisis*.

As únicas moedas usadas no começo da terceira dinastia foram as consideradas pertencentes aos grandes feudatários: o dinheiro e o óbolo (*denier et l'obolo*). O *sou* (soldo) que vem mencionado em alguns atos contemporâneos, parece não ter sido senão moeda de conta, indicando uma coleção de 12 dinheiros. No reinado de Filipe I (1052-1108), a libra foi substituída pelo marco.

Filipe-Augusto estendendo sua moedagem à Bretanha e ao Artois, usou de uma linguagem comum para as legendas indicativas dos nomes dos lugares.

Os *parisis* foram conservados nos domínios onde imperava o *Serment de France* e nos seus novos domínios, conservou a moeda da abadia de Saint-Martin de Tours.

Luís IX ou São Luís (1215-1270), reformando completamente o sistema monetário de França, fêz cunhar suas moedas com título mais elevado (11 dinheiros 12 grãos) e transformou numa moeda real o *sou* até então tido como moeda de valor ideal. O soldo de prata passou a se denominar *grande tornez* (*gros*) e o dinheiro passou a ser designado por *pequenos tornezes* ou *tornezes simples* (*petit tournois*).

O título das moedas passou a ser alterado a datar da morte de São Luís, no reinado de Filipe III-o-Ousado (1245-1285); Filipe IV-o-Belo, que o povo denominou de "o falso moedeiro" (1268-1314); Luís X-o-Amotinador (1289-1316) e Filipe V-o-Longo, em razão de ser muito alto (1294-1322), o qual procurou dar à França a unidade de moedas, de pesos e de medidas. E' a êle que se deve a primeira organização do tribunal de contas. O *grande tornez* que valia 12 dinheiros, passou neste reinado a valor até 21.

Acontece muitas vêzes nestes reinados de soberanos homônimos, terem as moedas do mesmo tipo cunhadas sob seus governos, recebido uma avaliação aproximativa; isto deve-se particularmente a maior ou menor pureza do metal.

Em 1306 havia oito casas de moedagem pertencentes ao rei: Paris, Ruão, Troyes, Tournai, Toulouse, Saint-Pourçain, Montepellier e Montreuil-Bonnin.

Filipe VI de Valois (1273-1350), desvalorizou consideravelmente sua moedagem, ao ponto das moedas de prata e de bilhão passarem a ser quase de cobre; seus tipos tornam-se mais variados, apresentando uma relativa beleza, parecendo com isso ter havido uma intenção de fazer passar despercebida as mudanças operadas nos módulos, pesos e títulos. Para dar uma idéia, basta que se diga que, em 11 de março de 1359, o *gros* de Filipe de Valois valia duas vêzes e meia, tanto quanto os fabricados sob São Luís, mas nessa

avaliação entrava dezessete vêzes menos prata, do que nos exemplares do outro reinado.

A assembléia dos Estados Gerais, em 1355, exigiu de João II-o-Bom não só a administração financeira, como a cunhagem de uma moeda com melhor título; sòmente os Estados de Languedoc atenderam a essa solicitação (50). Em Paris, Etiènne Marcel, preboste dos mercadores da cidade, deputado e um dos chefes do terceiro estado na assembléia dos Estados Gerais de 1355, interditava o curso das novas moedas denominadas *dinheiros brancos* (*deniers blancs*) de 1356 e se revoltava contra a autoridade do delfim Carlos, acusado de revogar o Grande Foral e ter alterado as moedas, o que ocasionara a exasperação da burguesia (51).

O número de casas de cunhagem, a freqüência das reformas, as transformações das ligas metálicas, tornaram logo necessário a colocação de sinais particulares nas moedas, destinados a fazer reconhecer não só as oficinas monetárias de onde provinham, mas os gravadores responsáveis pelas emissões; daí a origem do que se designou chamar *différents monétaires*.

(*Continua no próximo número*).

ÁLVARO DA VEIGA COIMBRA
da Sociedade Brasileira de Numismática

-
- (50). — Languedoc, nome dado na Idade Média e até à Revolução Francesa, à uma província do sul da França, atualmente dividida nos departamentos de Lozère, Gar, Ardeche, Aude, Herault, Tarn e parte do Alto Loire, Alto Garona, Tarn e Garona e Ariege. A capital do Languedoc era Toulouse. Os condes de Toulouse, cuja história está ligada à questão dos Albigenses, governaram no Languedoc que foi reunido à corôa francesa em 1271.
- (51). — Carlos V, duque da Normandia e delfim, tomou a regência do reino em 1356 e foi aclamado rei em 1364. A penúria do tesouro, a miséria dos camponeses, as exgências do rei da Inglaterra, tornaram a sua tarefa das mais penosas; mas o sistema financeiro criado pelos Estados Gerais de 1356-1357, o homicídio de Etienne Marcel e a paz de Bretigny negociada com Eduardo III da Inglaterra e graças à permanência dos socorros e ao estabelecimento dos forais, a realza pôde ter não só uma boa moeda e um tesouro de guerra constituído, mas magníficos monumentos edificados e reconstruídos.



1

2

4

5

6

Fig. 68. — Tipos de moedas da Idade Média.

1. — Abadia de Saint Martin de Tours, *dinheiro*.
2. — França. Luis XI, grande torneiz (*gros tournois*).
3. — Florença. *Florin* de ouro.
4. — Veneza. *Sequin*.
5. — Bolonha. *Sequin* papal.
6. — França. Filipe IV-o-Belo. *Masse d'or* (*chaise*).